



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**PARCEIROS DE APOIO
PROGRAMÁTICO**

*REVISÃO ANUAL
ANEXO 4 AO AIDE-MÉMOIRE*

Relatório dos Pilares

Maputo 19 de Maio de 2010

Relatórios dos Pilares – Revisão Anual 2010

Gestão Macroeconómica e Pobreza

Análise Global

O desempenho do Governo na área de Gestão Macroeconómica e Pobreza em 2009 foi no global positivo, tendo-se verificado um bom desempenho sobre o crescimento e estabilidade macroeconómica, e na área de gestão de finanças públicas, sendo nesta última também de assinalar alguns desafios principalmente sobre a consolidação e desenvolvimento das reformas com vista a uma maior eficiência da despesa e transparência sobre a gestão do património do Estado, assim como da gestão do sistema de aquisições públicas e defesa da sua integridade. A tradução dos resultados do crescimento económico e da despesa pública em melhoria das condições de vida e redução efectiva dos níveis de pobreza carece ainda de informação analítica relevante e permanece um grande desafio. Este poderá ser melhor entendido e traduzido em políticas e estratégias mais eficazes para a sua abordagem, uma vez conhecidos os resultados da análise da pobreza realizado em 2009, que deve complementar a análise iniciada com a avaliação da implementação do PARPA II.

Dos 9 indicadores da matriz do QAD para o pilar, 8 puderam ter as metas classificadas, de entre os quais 5 metas foram atingidas (sobre os observatórios provinciais de desenvolvimento, a despesa agregada, a colecta de receitas do Estado, o controle interno e sobre a auditoria externa), 2 não foram atingidas mas registaram progressos (sobre o nível de execução do SISTAFE por via directa e a melhoria do sistema de aquisições do estado¹) e 1 não foi atingida (sobre a alinhamento da dotação de recursos no Orçamento e o CFMP). O indicador sobre a implementação das recomendações do exercício PETS no sector de educação foi considerado como não possível de classificação em termos de desempenho do governo.

Crescimento e estabilidade macroeconómica

O desempenho macroeconómico em 2009 foi em geral satisfatório. Apesar dos efeitos negativos da crise económica mundial sobre as exportações e financiamento externo privado, o PIB real cresceu em 6,3%. Este crescimento constitui uma desaceleração em relação ao ano 2008 (6,7%),

¹ Note-se que existe uma diferença na avaliação do indicador sobre as aquisições públicas entre o Governo e os PAPs, tendo o GoM considerado a meta como atingida.

e à previsão no PES (6,7%). Os sectores relevantes para o crescimento do PIB foram a Agricultura, cujo valor acrescentado real cresceu em 11,2%, Electricidade e Água (9,2%), Construção (10,5%) e Serviços Financeiros (13,9%). Os sectores mais prejudicados pela crise económica mundial foram a Indústria Mineira, cujo crescimento do valor acrescentado real desacelerou para 5,7%, Turismo (1,4%) e Transportes e Comunicações (-1,4%).²

A crise económica mundial facilitou o controlo da inflação em 2009. A queda dos preços internacionais provocada pela retracção da demanda mundial, bem como a manutenção do subsídio aos preços dos combustíveis pelo Governo, contribuíram para que a inflação média anual³ desacelerasse de 10,3% em 2008 para 3,3% em 2009. A conjuntura internacional também afectou a evolução das taxas de câmbio. A redução das exportações, transferências e empréstimos externos ao sector público e privado, aliado às expectativas dos agentes económicos e o fortalecimento do Dólar no mercado internacional, resultaram numa depreciação nominal de 14% da taxa de câmbio MT/USD, o que correspondeu a uma depreciação real efectiva de 5,0%, reequilibrando a forte apreciação verificada em 2008.

Apesar da depreciação real do Metical, a redução da demanda mundial resultou numa queda substancial das receitas de exportação em Moçambique. O valor total das exportações de bens em 2009 reduziu em 30,2% em relação a 2008. Por outro lado, a redução dos preços internacionais contribuiu para a redução das despesas com as importações em 11,0%. Esta queda, conjugada com uma queda maior das exportações, resultou no agravamento do défice comercial em USD 400,3 milhões.

Apesar do agravamento da balança de pagamentos em geral, a Iniciativa de Reforço de Liquidez Global do FMI no valor de USD 170 milhões, a redução da repatriação de lucros pelos mega-projectos, o desembolso de ajuda externa para o apoio ao Orçamento do Estado (OE) e a Balança de Pagamentos (BOP) no valor de USD 467,6 milhões, bem como o aumento do investimento directo estrangeiro em 49%, contribuíram para melhorar a conta corrente e manter um nível satisfatório de reservas internacionais líquidas (RILs). As RILs atingiram USD 1.841 milhões, equivalendo a 5,7 meses de importações, acima dos 4,5 meses em 2008.

A fraca exposição do sistema financeiro nacional ao sistema internacional minimizou o impacto da crise financeira internacional. Face ao aumento da procura de crédito pelas empresas nacionais, na sequência das dificuldades de financiamento no mercado internacional, o sector bancário expandiu o crédito à economia em 59% em 2009, reflectindo-se numa maior disponibilidade de recursos na economia. As taxas de juro também mostraram uma tendência decrescente reflectindo os ajustamentos efectuados nas taxas do Banco de Moçambique (BM) em

² A fonte das taxas de crescimento é o INE (Contas Nacionais do IV Trimestre de 2009).

³ A cidade de Maputo continua a ser tomada como referência para inflação.

reação à baixa inflação observada. A taxa de juro média dos empréstimos em Meticais praticada pelas instituições de crédito para o prazo de um ano reduziu em 2.64pp em 2009.

Embora a crise económica mundial tenha afectado negativamente a receita fiscal colectada dos mega-projectos, a receita do Estado em 2009 cresceu em 13,9% em termos reais, superando a cifra programada no Orçamento do Estado (OE) em 2,6%. Porém, as despesas de investimento ficaram em 74,3% do programa, explicado pela fraca execução reportada na componente externa que ficou em 64,6% do programa. Apesar disso, as despesas nos sectores prioritários registaram melhoria no nível de execução, tendo crescido de 77% em 2008 para 82,6% em 2009. Entretanto, como proporção da despesa total sem os encargos da dívida, as despesas nos sectores prioritários caíram de 64,5% para 61,6%. Deve-se notar, porém, que recursos significativos foram utilizados em subsídio generalizado aos preços do combustível, tendo em vista salvaguardar a estabilidade do nível geral de preços na economia. Esta medida teve o inconveniente de ser enviesada, favorecendo também a camada de rendimento mais alto. Um estudo do banco Mundial sugere que mais de 70% dos benefícios do subsídio são apropriados pelos 20% mais ricos da população.

De um modo geral, os desafios impostos pela conjuntura económica internacional em 2009, não desestabilizaram a gestão da política macroeconómica, tendo os sectores real, fiscal e monetário permanecido estáveis e as respectivas políticas em suporte ao crescimento da economia, por um lado assegurando a expansão do crédito à economia face à redução dos fluxos externos de capital privado e, por outro lado, assegurando a realização do investimento público nos sectores prioritários.

No entanto, é importante notar que o crescimento económico ainda não tem sido consistente com uma maior diversificação da base produtiva e das exportações, nem com melhorias significativas da competitividade estrutural da economia. A competitividade externa registada em 2009 reflectiu principalmente a desaceleração da inflação doméstica devido à queda de preços internacionais, e não a melhorias significativas nos aspectos estruturais da economia que favorecem a redução dos custos de transacção e melhoram o ambiente de negócios. Estas deficiências estruturais continuam constringendo a expansão e diversificação da base produtiva por via de pequenas e médias empresas. Assim, o crescimento da economia continua significativamente sensível às grandes empresas orientadas para o mercado internacional. Com efeito, a desaceleração do crescimento e queda das exportações em 2009 foi, em grande medida, uma consequência da elevada concentração das exportações em grandes empresas orientadas para o mercado externo.

Para 2010, continuará a ser um desafio que o crescimento e a estabilidade macroeconómica favoreçam as camadas pobres e desfavorecidas através da criação e expansão das oportunidades de emprego, de geração de rendimento e de acesso a alimentos, cuidados de saúde e sanitários.

Nesse sentido, a expansão e melhoria do investimento público será uma área que deverá merecer contínua atenção.

Análise da pobreza

A elaboração em 2009 do Relatório de Avaliação de Impacto do PARPA II (RAI 2009), cobrindo o período 2006-2009, destacou-se por ser um processo de colaboração que permitiu aprofundar o diálogo entre o Governo e os parceiros sobre as políticas de redução da pobreza. No entanto esta avaliação não contém informação sobre índices de equidade e pobreza devido à não disponibilidade dos resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 2008/09 com informação estatística e analítica relevante sobre o impacto do PARPA. Neste contexto foram realizados vários estudos para contribuir para uma análise mais profunda dos resultados atingidos, dos quais se destacam os seguintes:

Desigualdade: os dados do Inquérito de Indicador Múltiplos (MICS) e do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) indicam que a desigualdade pode ter aumentado em Moçambique durante o período em análise, tanto em termos de renda como de acesso aos serviços básicos. Por outro lado, estudos qualitativos realizados, mostram que a desigualdade tem aumentado principalmente nas áreas urbanas com destaque para a cidade de Maputo.

Igualmente, estudos sobre a *vulnerabilidade e pobreza crónica* indicam que 34,8% dos agregados familiares em Moçambique estão submetidos a uma situação de grande vulnerabilidade à insegurança alimentar. No meio rural a vulnerabilidade está fortemente ligada à baixa diversificação das actividades de rendimento, aos sistemas de cultivo de baixa produtividade com culturas pouco diversificadas, frágeis diante de choques climatéricos e as dificuldades de aceder aos mercados. No meio urbano onde a população compra em média 72% dos seus alimentos, o aumento de preços constitui um choque importante. Estas tendências deverão ser confirmadas com dados qualitativos a serem disponibilizados em 2010.

Pobreza infantil: A análise dos dados do IDS 2003 e do MICS 2008, indicam que os níveis de privações severas entre as crianças reduziram, passando de 59% em 2003 para 48% em 2008. Esta redução deveu-se principalmente ao bom desempenho registado nos sectores de saúde e educação. Não obstante, a província da Zambézia continua a enfrentar os níveis mais altos de privações severas (80% em 2003 e 64% em 2008). A nutrição e saneamento mostraram melhorias moderadas. Constatou-se também uma redução na prevalência da desnutrição crónica em crianças menores de cinco anos de 48% (IDS 2003) para 44% (MICS 2008).

Desde 2005, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Moçambique tem registado uma ligeira melhoria, de 0.390 (2005) para 0.402 (2007). Das 3 componentes que compõem o IDH, é particularmente na esperança de vida que o progresso tem sido registado.

Em resposta ao assunto de atenção especial sobre a necessidade de assegurar, a médio prazo, maior equidade e eficácia na alocação de recursos reforçando a abordagem da planificação e

orçamentação programática do CFMP e instrumentos relacionados, progressos significativos foram verificados na maior priorização da alocação de recursos com base nos programas direccionados para a redução da pobreza, maior envolvimento das instituições centrais e províncias na formulação e fundamentação das propostas assim como na inclusão mais abrangente da previsibilidade de recursos externos.

No que diz respeito ao assunto, acelerar a tomada de medidas especiais para mitigar os efeitos da crise nas camadas mais pobres da população, entre outras, na área da Protecção Social, o Governo, com apoio dos parceiros, elaborou a proposta de Estratégia Nacional de Protecção Social Básica que tem entre outros objectivos a extensão dos serviços para a cobertura de um número maior de beneficiários. Permece o desafio da implementação desta estratégia.

Gestão de Finanças Públicas

No geral observou-se progresso na área de Gestão de Finanças Públicas (GFP), essencialmente marcado pela consolidação de reformas anteriormente iniciadas, mantendo-se no entanto importantes fraquezas e desafios a serem enfrentados.

Os principais resultados alcançados durante o ano foram a melhoria na aplicação e continuação da expansão do e-SISTAFE, com aumento gradual da execução da despesa por via directa, aumento da cobertura e número de auditorias pelo Tribunal Administrativo (TA) e um forte desempenho na cobrança da receita do estado. Desenvolvimentos mais lentos registaram-se: i) no processo de dotação estratégica de recursos de médio prazo e maior articulação com o processo anual de orçamentação e custeamento de objectivos, assim como na interligação com os níveis provincial e distrital; ii) no sistema de controle e auditoria interno, com um crescimento no número de unidades estabelecidas mas faltando ainda clareza sobre o seu papel nas diferentes entidades orçamentais e na relação funcional com a IGF; c) na área de aquisições do Estado, onde se verificou uma consolidação institucional da unidade de supervisão (UFSA) e expansão de processos reportados à UFSA, mas não evidência de progresso significativo quanto à transparência e integridade do sistema, resultado em parte de uma base incipiente de informação para monitoria e avaliação.

Durante 2009, foram disponibilizados os resultados de alguns estudos e auditorias referentes ao sistema de GFP ao nível sectorial, principalmente com base em informação de 2008, que podem contribuir para uma avaliação de progressos na redução do risco fiduciário, permanecendo em geral o grande desafio de como usar as constatações e recomendações, traduzindo-as em acções concretas e coordenadas, de melhoria efectiva e fortalecimento das interligações do sistema de GFP entre os diferentes níveis e sectores do governo. A revisão de despesas públicas (PER) no sector de agricultura, a pesquisa e localização de despesa no sector de educação (PETS) (não conclusivo), e o diagnóstico de GFP no sector de saúde revelam que apesar de algumas

melhorias com a introdução do e-SISTAFE, permanecem deficiências e inconsistências na disponibilidade de dados e informação financeira sobre execução orçamental ao nível mais desagregado, articulação limitada entre planos e orçamentos, assim como fraca implementação dos sistemas de controle interno, levando a dificuldades na avaliação da qualidade e eficiência da despesa pública. Um aspecto comum a estes estudos, e também realçado na auditoria de desempenho ao sector de justiça e no Parecer do TA sobre a CGE 2008, são os problemas na implementação do sistema de gestão das aquisições do estado com aplicação não integral da respectiva legislação, em particular sobre o uso não justificado do método de ajuste directo nas contratações. É ainda de notar que foi realizada pela primeira vez, uma avaliação de GFP usando a metodologia PEFA numa província (Cabo Delgado), que revela que apesar de melhorias no sistema, 50% dos indicadores foram qualificados com resultados piores que os mesmos a nível nacional, e 10% como melhores.

Relativamente ao Parecer da CGE 2008, notam-se melhorias na sua qualidade e também que o governo respondeu positivamente a algumas recomendações anteriores do TA. No entanto, este inclui ainda constatações e recomendações que se repetem anualmente e parecem ser de alguma forma de carácter estrutural como por exemplo os problemas na aplicação de legislação sobre *procurement*, na classificação de despesas e uso não apropriado das operações de tesouraria para despesa não previsíveis, na orçamentação e colecta de receitas próprias. Em termos de acompanhamento de aspectos críticos levantados, os parceiros consideram importante a necessária atenção a dar à gestão do património do estado (incluindo empresas públicas e participações do estado), com vista a uma maior transparência, abrangência de contabilização, controle e eficiência de gestão, assim como uma melhor avaliação do risco consolidado.

Breve Apreciação sobre a proposta do Orçamento do Estado 2010

O Orçamento de 2010 prossegue activamente os objectivos de **expansão orçamental** do Governo, propondo um aumento das despesas públicas de 30% em 2009 para 38,7% do PIB em 2010. Este aumento seria financiado principalmente através de um aumento das receitas internas (de 17,8% para 18,4% do PIB), de um aumento significativo do crédito interno (de -0,8% para 2,8% do PIB) e através de financiamento externo estimado a um nível significativamente acima dos valores registados nos anos anteriores (17% do PIB, contra 12,7% do PIB, executado em 2009). Isto leva a um aumento significativo do **défi**ce orçamental global, embora o défi

ce primário interno seja menos afectado.

As perspectivas para as receitas e despesas em 2010 são significativamente superiores às previsões que foram incluídas no CFMP 2010-2012, reflectem uma previsão mais positiva do desempenho económico, mas também indicam um forte impulso político para o reforço do papel do governo no financiamento ao desenvolvimento económico. Prevê-se que o aumento da **receita interna** seja em grande parte alcançado através de um aumento das receitas fiscais, em particular no imposto sobre o rendimento. A proporção de IVA e de impostos aduaneiros em relação ao PIB mantém-se estável, com excepção de um aumento associado ao imposto sobre consumos específicos (ICE). **As receitas próprias** estão incluídas na categoria mais ampla de "outras receitas", com um aumento ligeiro (de 1,4% para 1,5% do PIB). A Lei do Orçamento inclui uma disposição que permita a inscrição no orçamento de receitas próprias adicionais colectadas por uma unidade, ou Saldos não utilizados.

A maior parte do aumento das **receitas externas para 2010** é atribuído ao financiamento de projectos (tanto donativos como créditos). Isto levanta preocupações sobre o realismo da previsão, que obviamente, também leva a algumas dúvidas sobre o realismo do orçamento de investimento de alguns sectores que incluem níveis elevados de financiamento externo (tais como os de infra-estruturas), considerando a ausência de uma perspectiva mais clara sobre como serão melhorados os níveis de execução em 2010, o que também afecta o cenário global sobre os pesos relativos nas dotações sectoriais.

O orçamento 2010 apresenta um aumento significativo no **financiamento doméstico**. **O Governo deve elaborar uma** estratégia apropriada para a angariação desses fundos e para assegurar que o impacto global deste aumento no acesso ao crédito pelo sector privado seja limitado.

Comparativamente à execução orçamental em 2009, o OE2010 indica um aumento significativo do **investimento** (11,5% para 18,3% do PIB) e um aumento menos significativo das despesas correntes (de 16,7% para 18,8% do PIB). Dentro das despesas correntes, observamos um aumento na folha de salários (de 8,6% para 9,7% do PIB) e pensões (de 1,9% do PIB para 2%). O orçamento para bens e serviços vai de 3,5% para 3,4% do PIB, levantando a preocupação de que esta categoria seja comprimida, o que poderia criar problemas para a operacionalidade dos serviços. Nota-se também um aumento dos subsídios às empresas, principalmente porque o **subsídio aos combustíveis** (orçado em 1.2bilhões em 2010) agora está explicitamente mencionado e incluído na categoria de subsídios. Dadas as recentes decisões sobre o faseamento do término do subsídio aos combustíveis, coloca-se a questão se o montante previsto para este subsídio no orçamento corrente ainda é exacto.

A avaliação da tendência na **dotação estratégica aos sectores e prioridades** foi um pouco mais complicada porque não foi incluída no orçamento nenhuma tabela com os sectores prioritários ou com o classificador funcional. O orçamento inclui agora uma aplicação mais ampla da abordagem programática, mas, obviamente não está disponível uma série temporal sobre as dotações de acordo com o classificador programático. A avaliação preliminar geral, parece indicar a seguir as tendências globais de dotação sectorial (na base do classificador orgânico):

- Um aumento significativo na atribuição ao **Sector de Infra-estruturas**, o que aumenta significativamente a sua quota global no orçamento. Neste sector, as estradas parecem ter o maior aumento.
- A dotação ao **Sector da Agricultura** parece ser geralmente mantida ao nível do orçamento do ano passado, que estava já acima dos anos anteriores. Também notamos um aumento significativo na dotação ao Sector das Pescas.
- A alocação para a **Educação** e, especialmente, para a **Saúde** reduz em relação à despesa total. Para a Saúde parece haver uma redução também em termos nominais, em comparação com o orçamento e a execução de 2009. Para o sector de **Águas**, também parece se verificar uma redução.

A avaliação preliminar dos parceiros levanta as seguintes questões para discussão:

- O desejo de uma rápida expansão dos projectos de investimento em infra-estruturas cria alguns riscos que os projectos não sejam sujeitos a análises suficientemente rigorosas de rentabilidade e de impacto, que são particularmente relevantes quando estes são financiados através do fundos não-concessionais.

- Desde 2006 tem havido uma diminuição progressiva da percentagem do orçamento para o sector da saúde (como reportado no orçamento). Neste contexto, seria útil ter uma visão clara sobre todos os fundos disponíveis para o sector (incluindo todos os fundos externos, em particular dada a posição do Fundo Global e de outros fundos verticais e o PEPFAR), e em que medida estes afectam as dotações orçamentais para o sector.
- Dada a importância da despesa para o desenvolvimento rural, seria importante ter uma perspectiva mais clara sobre como a transferência de competências entre o MPD e o MAE tem impacto na dotação orçamental para o desenvolvimento rural.

A proposta de orçamento defende claramente uma maior aplicação da orçamentação por programas, aplicada a todas as despesas. Espera-se que a definição de programas e a respectiva dotação de recursos aos programas continue a ser melhorada nos próximos anos, o que vai complicar as comparações anuais. Nestas circunstâncias, é importante que o orçamento continue a incluir informação de acordo com os classificadores que são estáveis e utilizados no passado, em particular a classificação funcional.

Análise do desempenho dos indicadores do QAD

Análise de pobreza e sistemas de monitoria

A meta do QAD de 2009 do indicador “Nº de **Províncias com Observatórios de Desenvolvimento Provinciais** (ODP’s) realizados” foi atingida. As províncias realizaram os seus ODP’s no I semestre de 2009, enquadrados no ciclo de planificação anual. Merecem destaque as Províncias de Niassa e de Maputo Cidade que realizaram uma segunda sessão plenária do ODP no II semestre. Estes constituem um mecanismo chave de monitoria participativa, já consolidado a todos os níveis, não obstante permanecerem desafios relacionados com avaliação da qualidade dos fóruns e o estabelecimento de um mecanismo de melhor enquadramento das recomendações.

No que diz respeito ao Sistema de Planificação realizaram-se dois importantes avanços (i) o estabelecimento de um cronograma para a consolidação do Sistema Nacional de Planificação, clarificando ligações funcionais entre os diferentes instrumentos de planificação, as competências e níveis de responsabilidades referentes aos instrumentos de planificação, orçamentação, execução, monitoria e avaliação e a abrangência e prazos dos diferentes instrumentos; (ii) actualização das Orientações da Elaboração do PES/BdPES introduzindo a abordagem programática, que teve início já na elaboração do PES 2010, para que este instrumento esteja em consonância com o CFMP e o Orçamento do Estado, com a estrutura orientada para a forma matricial, elaborado com base nas actividades inscritas no Módulo de Elaboração do Orçamento e ligados aos objectivos dos programas.

Os principais desafios são: (i) a aplicação efectiva do Guião de Orientação incluindo a elaboração das sínteses e o estabelecimento de um mecanismo de encaminhamento e monitoria das recomendações daí resultantes, (ii) a finalização de uma metodologia para a avaliação qualitativa de indicador sobre os ODP's, (iii) A falta de acesso a informação actualizada sobre aspectos centrais de pobreza. Para a disponibilidade de informação estatística, é importante assegurar que o Plano Estratégico do INE esteja alinhado com os processos de planificação do Governo para facilitar a monitoria e avaliação das políticas, o PARPA e a sua implementação.

Análise do Orçamento

O **desempenho fiscal agregado** foi positivo em 2009, considerando os factores externos adversos. As taxas de execução para receitas e despesas foram elevadas (a meta do indicador do QAD sobre despesa agregada em % do OE aprovado foi atingida), levando a uma taxa de expansão fiscal global de cerca de 13%. Este valor inclui também despesas com subsídios aos preços dos combustíveis, que não estavam inicialmente previstas. Os subsídios levantaram preocupações pelo seu elevado custo e risco fiscais, em caso de subida persistente dos preços a nível internacional e pela dificuldade que houve de direccionar os seus benefícios para grupos particulares. Há igualmente registo do aumento das despesas para salários e pensões, pela implementação da nova política salarial. A este respeito refira-se que, embora os gastos em salários e remunerações se tenham situado dentro dos limites orçamentais inicialmente previstos, estes elevaram-se para 9% do PIB. A nível de sectores, a agricultura teve o aumento mais significativo de despesas, enquanto os outros sectores prioritários mostraram aumentos menos significativos.

O processo e ciclo orçamentais foram influenciados pelo facto de 2009 ter sido um ano eleitoral e sobretudo marcado pelas incertezas derivadas da crise financeira internacional e dos preços dos combustíveis. O CFMP foi aprovado com atraso, devido à necessidade de reconciliar os dados com as medidas de mitigação dos efeitos das crises adoptadas pelo Governo. O orçamento será aprovado no mês de Abril de 2010, pela nova Assembleia da República. O **alinhamento entre o OE e o CFMP** não foi forte pela aprovação com atraso do CFMP e pelas mudanças no quadro fiscal geral. Por conseguinte, o indicador nº 3 do QAD não foi atingido. Encoraja-se o Governo a promover a divulgação dos orçamentos e relatórios de execução orçamental, considerando sobretudo a divulgação em formatos electrónicos através do portal do Ministério das Finanças.

Registaram-se em 2009 melhoramentos na qualidade do orçamento e dos relatórios orçamentais, e a consideração de vários assuntos ligados à abrangência do orçamento, os quais precisam de ser enfrentados. Isto compreende o registo e contabilização de receitas próprias, património das entidades previstas no orçamento e Empresas do Estado (incluindo participações do Estado). O Governo e os doadores precisam também de promover esforços no sentido de continuar a melhorar a orçamentação e prestação de informação sobre a componente externa do

investimento, assim como aumentar o uso dos sistemas nacionais para a elaboração e execução dos projectos.

Foi realizado o **PETS no sector da Educação**, mas as partes envolvidas concordaram que há questões abertas sobre até que ponto o trabalho realizado correspondeu ao objectivo, abordagem e resultados do exercício. Um relatório preliminar está disponível, mas a qualidade e conteúdo está aquém das expectativas. Por isso as acções posteriores previstas, como a elaboração de um plano de acção, não foram iniciadas. Seria importante registar as lições aprendidas deste processo para o benefício do exercício seguinte do PETS, que o Governo confirmou que será iniciado no sector de Saúde em 2010. O Governo e os parceiros concordaram portanto que esta meta não poderá ser considerada em termos de desempenho do governo.

SISTAFE

O ano de 2009 registou avanços na implementação do SISTAFE, embora as actividades realizadas versassem essencialmente a continuidade das acções iniciadas no ano transacto. A meta do indicador sobre o **roll-out e uso do e-SISTAFE** não foi atingida mas registaram-se progressos. Este é um indicador que engloba várias componentes reflectindo os diferentes níveis de execução directa. Em relação à componente da percentagem de execução pela via directa da despesa total das UGEs (unidades que já possuem o e-SISTAFE) para bens, serviços e investimentos, a meta estabelecida no QAD 2009 foi atingida, uma vez que no final de 2009, 97% foram executados pela via directa. Em relação à componente de percentagem da despesa total de salários paga pela via directa, a meta estabelecida no QAD 2009 não foi atingida mas registou algum progresso uma vez que 20 % da despesa global de salários foi paga pela via directa no mecanismo do e-SISTAFE. Em relação à componente de percentagem da despesa total de pensões, a meta foi atingida com 68% pagos pela via directa. Analisando os níveis globais de execução pela via directa em relação à despesa total (incluindo o financiamento externo e excluindo as unidades que não possuem o e-SISTAFE), nota-se que o nível de execução por via directa atingiu os 28%.

A meta sobre a execução dos salários não foi cumprida devido a factores técnicos e conjunturais. Existem actualmente três sistemas para o cálculo de salários, um para cada região do país e ainda não existe um módulo que integre os três sistemas, pelo que a estratégia escolhida pelo governo para iniciar o pagamento de salários pela via directa do e-SISTAFE foi iniciar o processo pelo nível central e na cidade de Maputo. Por outro lado, os funcionários da área de defesa e segurança, não foram abrangidos pelo processo de recenseamento pela especificidade das suas funções, pelo que os seus salários não podem ser pagos pela via directa e estes têm uma representação considerável no orçamento. Para que o processo de pagamento de salários pela via directa seja executado de forma plena, e em todo o país, é necessária a aquisição de uma

aplicação informática que integre os três sistemas vigentes e seja adequado ao e-SISTAFE, e isto está dependente de financiamento.

Receitas do Estado

Ao longo de 2009, a Autoridade Tributária (AT) conseguiu ultrapassar a meta geral de colecta de receita, apesar dum ambiente económico não tanto favorável. A **receita total realizada** em 2009 representa 17,53% do PIB, contra a meta do indicador do QAD de 16,9%, sendo portanto atingida.

Este nível de cobrança foi alcançado apesar duma taxa de inflação de apenas 3,7% (significativamente menos do que o previsto); com a meta em termos nominais ultrapassada em 3,4%. Em 2009, as metas de cobrança foram ultrapassadas particularmente nos impostos sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRPC+Taxa Liberatória), onde a cobrança ultrapassou a meta em 19%, resultando num crescimento da receita nominal deste grupo de impostos em 28% relativamente ao montante cobrado em 2008. A cobrança da taxa liberatória em 2009, em relação ao ano de 2008, diminuiu em 3,8% principalmente devido à redução do preço de alumínio. O montante cobrado em impostos sobre o rendimento foi de 13,7 biliões de Meticais, ou seja 28,9% da receita total cobrada. O imposto com maior peso é o IVA, que representa 35,6% da receita total, desagregado em 14,9% de IVA sobre vendas internas e 20,7% de IVA cobrado sobre bens importados.

Em termos do prosseguimento de reformas, durante 2009 a AT continuou a expandir a rede de cobrança fora das grandes cidades, e abriu 26 novas áreas fiscais. A implementação do projecto da Janela Única Electrónica (JUE) registou progressos – foi assinado um contrato junto com a CTA e uma empresa privada para implementar o sistema que permitirá aos utentes interagir electronicamente com as administrações fiscais. Foram aprovadas uma nova versão racionalizada do Código dos Benefícios Fiscais assim como a Lei sobre o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC) que tem como objectivo a simplificação do imposto e a gradual integração de empresas informais no sector formal. Foram instalados *scanners* nos aeroportos de Maputo, Beira e Nampula. Foi aprovado pelo Ministro das Finanças o modelo conceptual do projecto de TI e-Tributação, que irá facilitar a colecta e gestão dos impostos. Está sendo elaborada a Estratégia de Planificação do e-Tributação, cuja aprovação está prevista para meados de Maio 2010. O sistema de e-Tributação abrangerá também o pagamento através dos bancos, o que poderá representar uma melhoria substantiva para o ambiente de negócios.

Procurement

O grupo de trabalho dos parceiros considera que o indicador do QAD para 2009 sobre **Operacionalidade do sistema de Procurement** não foi atingido mas com progresso, notando particularmente o aumento do registo na UFSA de contratos celebrados pelas diversas Unidades de Gestão de Aquisições (UGEAs). O indicador visa monitorar, através de 6 sud-indicadores, o

progresso em três áreas do sistema de aquisições/procurement: a) a arquitectura institucional do sistema; b) as operações do sistema, e c) a integridade do sistema.

Os aspectos avaliados como não atingidos são (em 3 su-indicadores): i) 95% das 1050 UGEAs constituídas não efectuarem procurement (taxa realizada de 75%), ii) existem evidências convincentes de que a não fundamentação dos contratos de ajuste directo continua a ser um grande problema no sistema de aquisições, iii) registou-se pouco progresso na implementação dum Plano de Acção para estabelecer um sistema de monitoria e avaliação que permita medir a integridade do sistema de procurement.

De notar que esta avaliação dos parceiros não foi concordada pela contraparte do governo, a Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições (UFSA), particularmente sobre o sub-indicador das contratações na forma de ajuste directo. Um dos principais factores da diferença de opinião prende-se com o facto de a base de dados da UFSA ter sérias limitações, o que põe em causa o rigor de qualquer avaliação. É importante notar que, de acordo com projecções conservadoras, os dados recolhidos pela UFSA sobre processos e aquisições cobrem 55% do valor estimado (conservador) do total de aquisições feitas pelo governo. Este cálculo não inclui nenhuma despesa da componente externa do investimento, embora alguns destes fundos usem o sistema nacional de procurement. Por outro lado, os dados da UFSA são baseados na auto-declaração das UGEAs, cuja supervisão credível pela UFSA é limitada devido a restrições tecnológicas, financeiras e de recursos humanos. Assim, foi considerado que, por razões fora do controle da UFSA, os dados disponíveis sobre o aprovisionamento não representam fielmente o total do universo das aquisições do estado.

Por esta razão, os parceiros complementaram a sua avaliação com dados e informação do TA, IGF, auditorias externas e outras análises que em todos os casos apontam para a existência de grandes desafios na capacidade das UGEAs implementarem adequadamente o Decreto 54/2005. Particularmente se faz referência às repetidas constatações de que o uso do ajuste directo não tem sido correctamente justificado de acordo com o estipulado no Decreto, e que nenhum caso destes foi reportado à UFSA pelas UGEAs. Embora não estivessem especificadas na Nota Técnica, estas informações adicionais evidenciam de forma clara e credível, também para o Governo, que a base de dados da UFSA não pode ser considerada como a única fonte de verificação deste indicador. Este é o factor principal para a conclusão que apesar dos progressos observados, principalmente em termos de arquitectura institucional, não se pode considerar como atingida a meta de melhoria da operacionalidade do sistema, incluindo a melhoria da base para avaliar a melhoria de transparência e integridade.

Uma vez que este continua a ser um aspecto da Nota Técnica para a indicador de 2010, o Grupo de Trabalho vai trabalhar em conjunto para chegar a acordo sobre meios para suplementar a

informação recolhida para UFSA e medir o progresso em relação às várias metas estabelecidas para o indicador do QAD neste ano.

A médio prazo, para abordar esta situação é crucial a implementação integral das recomendações do CPAR 2008, acordadas pelo governo, que colocam como prioridade imediata o melhoramento do sistema de monitoria e avaliação da UFSA. Duma forma geral, o Grupo de Trabalho considera que a implementação integral dos “*quick wins*” identificados no plano de acção do CPAR deveria ser a base para avaliação do desempenho do sistema de aprovisionamento durante os próximos anos (depois do PARPAII), dado que este plano de acção identifica actividades específicas que podem, a médio prazo, melhorar aspectos chave de gestão, transparência e integridade de todo o sistema. Para isso seria importante chegar-se a um acordo formal do cronograma necessário para implementar as várias acções indicadas no relatório.

Auditoria interna

Em 2009 a meta para o **controlo Interno** foi de 75% dos Órgãos de Controlo Interno (OCI's) em funcionamento, e foi totalmente atingida. Até 31 de Dezembro de 2009 estavam operacionais 26 OCI's a nível central (universo é de 34) e 36 OCI's a nível provincial (o universo é de 49), o que totaliza 62 OCI's (universo é 83) em funcionamento.

Destes, 13 não tinham regulamentos internos, sendo 6 ao nível central e 7 ao nível provincial. A não existência dos regulamentos devem-se a: reestruturação de alguns ministérios, inexistência de estatuto e falta de capacidade de elaboração do documento, principalmente nas províncias. A interacção com os diversos Órgãos de nível central e sobretudo do nível provincial acelerou o processo de operacionalização dos OCIs.

No que concerne à gestão financeira, em 2009 a IGF contou com 5 fontes de financiamento directo, tendo sido gastos 56,554.94 contos, o que corresponde a um grau de execução de 76% da dotação global disponível (74,251.98 contos) repartida da seguinte forma: i) Recursos internos (OGE) 85%, e ii) Recursos externos (Cooperação Irlandesa, Cooperação Norueguesa, ASDI, Cooperação Francesa) 76%.

Relativamente às auditorias de desempenho aos sectores Agrário e de Calamidades não foram finalizados nos prazos inicialmente estabelecidos por razões que em tempo útil foram clarificadas e aceites. O Relatório de auditoria ao sector agrário está previsto para Junho e o de Calamidades para Setembro do corrente ano.

Os principais desafios na área de auditoria Interna são os seguintes: i) Melhorar o processo de acompanhamento de recomendações na base de dados de forma a garantir um maior impacto do processo de auditoria; ii) Reflectir com os parceiros sobre como melhorar o processo de

auditorias de desempenho de forma a eliminar os atrasos na finalização dos relatórios uma vez que o modelo actual não é eficaz; iii) Assegurar o desenvolvimento contínuo da IGF de forma a se tornar numa instituição de auditoria moderna e actuando com padrões internacionais, que assegura a aplicação das normas e requisitos necessários para garantir a independência, objectividade e proficiência da actividade da auditoria interna; iv) Melhorar o processo de disseminação da diferença entre o controlo interno e auditoria interna; e v) Melhorar o relacionamento institucional com o Tribunal Administrativo de forma a garantir maior complementaridade.

Auditoria externa

A meta do indicador da **cobertura do Orçamento do Estado auditado pelo TA** foi atingida (34,82%), tendo obedecido às normas técnicas da INTOSAI e à legislação moçambicana. É de salientar, ainda, que foi incluída, dentro deste indicador, a percentagem de 2,1%, referente às receitas não orçamentadas.

Os trabalhos de auditoria e outras actividades realizadas pelo Tribunal Administrativo, como a divulgação das instruções de execução obrigatória, tem despertado a atenção dos gestores públicos sobre a necessidade cada vez maior de se prestarem contas sobre a utilização dos fundos públicos. Este aspecto merece destaque porque representa a consolidação de uma cultura de prestação de contas. Em 2009, o número recorde de 629 entidades prestaram contas ao TA.

Em 2009, o TA superou a meta estabelecida para o número de auditorias realizadas, totalizando 491 auditorias. O TA reforçou o acompanhamento das suas decisões, tendo aplicado sanções financeiras a 226 gestores.

O TA deve continuar a envidar esforços no sentido de divulgar o resultado de seus julgamentos e do Relatório e Parecer à Conta Geral do Estado-RPCGE, de maneira acessível para os cidadãos e atempadamente. O RPCGE relativo ao exercício económico de 2008 está em vias de publicação no BR e no *web-site* do Tribunal Administrativo.

No que concerne às auditorias, há uma necessidade de tornar este processo mais célere, sobretudo aumentando o número de processos julgados. Há um *gap* muito grande e crescente entre auditorias realizadas e processos julgados.

No que toca a fiscalização prévia (Visto), destaca-se a aprovação da nova legislação do TA para a Terceira Secção que dispensa do visto um conjunto considerável de actos relativos a pessoal e atribui à Assembleia de República a prerrogativa de estabelecer, anualmente, um limite abaixo do qual os contratos não relativos a pessoal (*procurement*) não precisam ser enviados para obtenção do visto do TA, sem prejuízo da fiscalização a posterior. É preciso notar que esta mudança, há muito aguardada, reforça a necessidade de uma actuação mais efectiva do controlo interno.

Relatório do Pilar de Governação

Sumário Executivo

No Pilar de Governação do total de 9 indicadores 4 atingiram as metas (2 Descentralização, 2 Justiça), 1 não atingida (Justiça), 2 não atingiram mas em progresso (1 Justiça, 1 RSP) e 1 (indicador 18) a posição do Governo é não atingida mas em progresso e a posição dos Parceiros é não atingida por falta de fidelidade de dados⁴.

Em termos de progresso na implementação da **Reforma do Sector Público**, o Governo e os Parceiros de Cooperação concordam que, face a não realização da avaliação do custo da Política Salarial nos anos 2010-2012, ainda não existe uma estimativa do custo total da implementação da Política Salarial aprovada pelo Governo em 2008. Contudo, reconhecem que esforços foram feitos em termos de preparação e actualização do quadro legal e regulador. Neste contexto, foi preparada uma nova proposta de regulamento de providência social e aprovado o decreto da criação do subsídio de localização⁵, cuja programação orçamental para 2010 é de 315,4 milhões de meticais e que entrará em vigor a partir de 1 de Julho 2010.

Na área de **Descentralização**, em geral a tendência é considerada positiva sendo de destacar, de entre outros, o aumento das transferências de fundos aos níveis locais e a criação do Fundo Distrital de Desenvolvimento pelo Decreto n° 90/2009, de 15 de Dezembro. Todavia, constituíram desafios a desconcentração de fundos sectoriais, o funcionamento dos Conselhos Locais e o reforço da capacidade das autarquias (no aumento das receitas próprias e na execução orçamental). Este processo teve como objectivo colocar à disposição das comunidades os meios financeiros para melhorar os níveis de produção e criação de emprego nas zonas rurais.

No Sector da **Justiça**, a área da assistência jurídica e patrocínio judiciário registou progressos ao alargar a prestação dos serviços aos cidadãos a mais distritos. Por sua vez, a área Prisional registou um desempenho não satisfatório, quanto à mitigação da superlotação das cadeias cujas consequências no ano em análise tiveram um impacto negativo no respeito a vida e dignidade humanas.

A Revisão Conjunta constatou que prevalece a necessidade de continuar a melhorar a gestão de informação necessária para a monitoria e avaliação do Sector da Justiça em tempo útil, facto que poderá melhorar com a conclusão dos desenvolvimentos dos softwares de gestão processual e

⁴ O Pilar recomenda ao Grupo da Justiça encontrar consenso antes do JSC de Abril

⁵ O Governo entende que a meta relativa ao subsídio de localização é aquela que, no conjunto das 3 metas deste indicador, tem maior peso no sentido de que é aquela que vai materializar a política de atracção e fixação de quadros médios e superiores nos distritos.

gestão prisional, previstos para Novembro de 2010 e a inauguração do sistema de monitoria regular conjunta com periodicidade trimestral, a acontecer até finais de Maio. Por outro lado, foi manifestada a necessidade de se rever as notas técnicas sempre que se justifique, como é o caso dos indicadores 14, 16 e 18.

Indicadores

Na área da **Reforma do Sector Público**, o Governo e os Parceiros concordaram que o indicador 12 do QAD não foi atingido, mas, há progressos assinaláveis. Embora subsistam diferenças de interpretação sobre o alcance das análises adstritas ao indicador, entende-se que das três actividades que compõem o indicador, duas foram realizadas e estando uma em progresso. Mesmo assim, os parceiros entendem que, sendo objectivo deste indicador a preparação de um estudo das implicações fiscais da implementação da política salarial, tal estudo não foi preparado. Sobre este aspecto a parte do Governo argumenta que esta informação já existia, em 2008 tendo servido de base para aprovação da PSMP.

Na área de **Descentralização**, da avaliação feita aos indicadores concluiu-se que as metas referentes ao indicador 10 (transferências fiscais as províncias, distritos e autarquias) foram atingidas e até superadas. Quanto à operacionalidade dos Conselhos Locais (Indicador 11), houve progresso notável mas a meta não foi atingida. Os Conselhos Consultivos ao nível do Distrito e do Posto Administrativo funcionam em todos os distritos, mas a maioria não cumpre com todos os requisitos da LOLE e o seu Regulamento. O indicador 13 (receitas próprias das autarquias) foi atingido mas não obstante o aumento das receitas próprias, as despesas baixaram. A redução dos níveis de despesa em 2009 com relação a 2008 deve-se ao facto de alguns Municípios terem beneficiado de recursos externos para o financiamento de algumas acções de investimento em infra-estruturas, o que não aconteceu em 2009.

A análise do cumprimento dos cinco indicadores na **Área da Justiça** em 2009, permite-nos constatar que dois foram atingidos, designadamente, o 15 relativo à assistência e patrocínio jurídico aos cidadãos e 16, tendo em conta que este último é a título informativo, não sendo passível de medição segundo a meta. Não foram atingidos os indicadores 14, sobre o número de casos julgados *strictu sensu* no judicial, o 17 referente aos casos instruídos dentro do prazo de instrução preparatória, contudo apresentam progressos e o 18 sobre a operatividade policial, a posição do Governo é não atingida mas em progresso e a posição dos Parceiros é não atingida por falta de fidelidade de dados⁶. No concernente ao indicador 16, foi fornecida informação provisória, estando pendente da Informação Anual do Procurador - Geral da República à Assembleia da República.

⁶ O Pilar recomenda ao Grupo da Justiça encontrar consenso antes do JSC de Abril

Desempenho

No quadro da **Reforma do Sector Público**, o Governo e os Parceiros de Cooperação concordaram que, face a não realização da avaliação do custo da Política Salarial nos anos 2010-2012, ainda não existe uma estimativa do custo total da implementação da Política Salarial aprovada pelo Governo em 2008. Contudo, reconhecem que esforços foram feitos em termos de preparação e actualização do quadro legal e regulador. Neste contexto, foi preparada uma nova proposta de regulamento de providência social e aprovado o decreto da criação do subsídio de localização⁷, cuja programação orçamental para 2010 é de 315,4 milhões de meticais e que entrará em vigor a partir de 1 de Julho 2010. (*Meta alcançada*).

Foi aprovado e entrou em vigor o Decreto nº 55/2009, de 12 de Outubro, que criou o Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública (SIGEDAP) e o respectivo regulamento como instrumentos que visam assegurar a materialização do objectivo de melhoria da qualidade de serviços prestados ao cidadão, através de uma avaliação permanente do desempenho dos funcionários e agentes do Estado.

No que se refere a área de Combate à Corrupção, há que assinalar progressos na implementação da Estratégia Anti-Corrupção na medida em que: (i) foram elaborados guiões aos sectores e províncias para melhorar os indicadores de avaliação; (ii) foi feita a revisão do Plano Nacional de Combate à Corrupção, em 5 sectores chaves: saúde, educação, finanças, interior e justiça (PGR, Tribunais, Ministério da Justiça); e, (iii) foram treinados 33 técnicos a nível nacional para garantirem a reformulação dos planos anti-corrupção provinciais e o envolvimento dos Observatórios de Desenvolvimento e dos Conselhos Consultivos Locais na monitoria da Estratégia Anti-Corrupção.

Contudo, não foi possível realizar a 2ª Pesquisa Nacional sobre Corrupção e Governança cuja conclusão estava agendada para o mês de Abril de 2010 e a inclusão da avaliação da implementação da EAC no BdPES 2009, uma vez que, o trabalho em curso de ajustamento das orientações do MPD sobre a inclusão das actividades da RSP e da EAC no PES não foram incluídas no PES de 2010.

Constituem desafios na área da RSP o estabelecimento do e-sip derivado dos custos para sua instalação aliados as condições tecnológicas dos distritos; o impacto da Política Salarial de Médio Prazo em termos de custos e as fases para sua implementação; melhoria do sistema de planificação e orçamentação para a implementação do SIGEDAP e o reforço dos mecanismos de monitoria e avaliação da Estratégia Anti-Corrupção.

Todavia, importa sublinhar que, as dificuldades encontradas ao nível do grupo para alcançar consensos em relação aos progressos feitos na implementação da PSMP remetem-nos a tirarmos

⁷ O Governo entende que a meta relativa ao subsídio de localização é aquela que, no conjunto das 3 componentes deste indicador, vai materializar a política de atracção e fixação de quadros médios e superiores nos distritos..

como uma das lições, a necessidade incrementar o diálogo entre o Governo e os Parceiros de Cooperação, por formas a se poder ter o mesmo entendimento das implicações da reforma salarial, tanto em termos de seu impacto fiscal, como na sua sustentabilidade financeira e outras implicações a nível macro económico.

Durante o exercício em análise houve uma execução orçamental global de 75% do PRSP motivado pela não aprovação de dois grandes concursos devido a não observância dos procedimentos do Banco Mundial aquando do lançamento do concurso. Quanto a execução do Ministério da Função Pública este se situa na ordem de 82.8%. Porém, importa referir que em relação dotação orçamental, a excepção do Tribunal Administrativo e do IFAPA de Niassa que viram os seus orçamentos iniciais a serem aumentados na ordem de 8.7% e 13.7% respectivamente, todos os restantes sectores/Instituições (MFP, ISAP, IFAPAs de Maputo e Beira) tiveram reduções orçamentais iniciais variando de 7.4% a 38.4% o que atesta os desafios do PRSP enfrenta em termos de recursos financeiros para a sua implementação.

Entre os progressos registados na área da **Descentralização** destaca-se a aprovação do Decreto no. 90/2009 de 15 de Dezembro, foi criado o Fundo Distrital de Desenvolvimento com o objectivo de colocar a disposição das comunidades os meios financeiros para melhorar os níveis de produção e criação de emprego nas zonas rurais do nosso país. Persistem situações em que o processo conducente a aprovação dos projectos e a gestão dos próprios fundos continuam a ser feitos pelas mesmas entidades, isto é, o Administrador do distrito e a ETD.

Para além dos avanços acima mencionados, podem ainda ser considerados os seguintes progressos: (i) a desconcentração dos fundos sectoriais nas obras públicas (água e estradas terciárias), finanças, saúde e educação; (ii) aprovação e publicação do quadro de pessoal privativo para os distritos; (iii) a criação da Lei nº 26/2009, de 29 de Setembro, que reduz de 90 para 45 dias a concessão de vistos – prévio.

Todavia, constituem ainda desafios para a área de descentralização os seguintes: (i) a criação de condições para a retenção dos quadros ao nível distrital, (ii) a aprovação de um quadro legal de competências e representatividade dos Conselhos consultivos distritais, (iii) a integração da planificação territorial/sectorial; (IV) a melhoria da monitoria e avaliação do funcionamento dos conselhos consultivos por parte do MAE; (V) Os sectores da saúde, educação, obras públicas e finanças encontram se relativamente numa fase em que os fundos aos distritos ainda são limitados.

Um constrangimento a é a implementação do Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro e doutros novos diplomas legais por falta de planificação dos concursos públicos e de divulgação da legislação a todos os níveis sobretudo ao nível local.

Quanto ao desempenho orçamental, em geral a área de Descentralização registou crescimento assinalável nos níveis de transferência de fundos centrais para as províncias, distritos e

autarquias conforme atesta o indicador 10. De salientar que os dados apresentados reflectem a execução, e para a questão específica do investimento para os distritos esta corresponde a 94,4% em comparação ao programado, e não incluem os recursos sectoriais desconcentrados.

Com base em balancetes trimestrais de execução dos orçamentos municipais para 2009, no global os agrupamentos de Municípios de Vila, de Cidade e de Cidades Capitais alcançaram a meta conforme o indicador, exceptuando-se os Municípios de Milange, Marromeu, Quelimane e Gúruè que individualmente, não atingiram. Quanto as dez novas autarquias, a execução de 2009, servirá de base para avaliação de 2010.

Apesar de o **Sector de Justiça** registar um grau de execução orçamental satisfatório com 95.7% (segurança e ordem publica e sistema judicial), com a observância de que o Gabinete do Provedor da Justiça a execução foi nula, uma vez que ainda não está em funcionamento, tendo, uma parte dos fundos, sido reorientados para o apetrechamento dos Palácios de Justiça de Morrumbene, Moma e Cheringoma.

Em termos de análise global, o peso da área do Sistema Judicial face as despesas totais de 2009, aumentou em relação a 2008 de 2.8% para 3.9%. No mesmo período, o peso da área de Segurança e Ordem Pública, em termos de despesa total diminuiu de 4% para 3.6%.

No âmbito da Reforma Legal prevista, embora tenham sido aprovados importantes diplomas legais, continuam a registar-se atrasos na elaboração legislativa planificada, porém estando em processo de elaboração.

Quanto a auditoria de desempenho é de reportar que foram dados passos relevantes para o seguimento das recomendações sistematizadas em matriz própria. Estão em desenvolvimento diversas acções respeitantes a cada instituição e/ou serviço auditados, embora os resultados ainda não sejam significativos, alguns sinais podem ser visualizados nas matrizes do processo em anexo, carecendo no entanto de uma monitoria que se espera vir a acontecer no âmbito da monitoria conjunta do PEI II. Adicionalmente há necessidade de reforçar o processo de acompanhamento e monitoria destas acções que deverão estar interligadas ao processo de monitoria regular do sector, relatórios periódicos de balanço (PES, PEI, Revisão Anual).

Quanto aos assuntos especiais

Na área da **RSP**, o impacto da Política Salarial de Médio Prazo em termos de custos e as fases para sua implementação; melhoria do sistema de planificação e orçamentação para a implementação do SIGEDAP e o reforço dos mecanismos de monitoria e avaliação da Estratégia Anti-Corrupção.

Na área da **Descentralização**, a proposta da Política e Estratégia Nacional de Descentralização (PEND), que se encontra em discussão aos vários níveis do Governo, da sociedade em geral e dos parceiros, procurará traçar balizas que guiarão aos vários actores na implementação da

descentralização de forma integrada e concertada, prevendo-se que esta seja submetida à aprovação pelo Conselho de Ministros até Setembro de 2010.

Na área da **Justiça**, a auditoria de desempenho, é de reportar que embora não se regista progresso na monitoria regular deste seguimento, de uma forma geral as instituições estão dando seguimento às recomendações feitas, conforme se reporta na análise detalhada.

No domínio da implementação da **Estratégia Anti-Corrupção**, o Governo recomendou o reforço da monitoria passando pela melhoria na identificação dos indicadores e na intervenção dos Observatórios de Desenvolvimento na monitoria do processo. Também, estão em curso, iniciativas de harmonização da legislação nacional anti-corrupção com as convenções internacionais ratificadas por Moçambique.

Licções e compromissos

Em relação as discussões havidas entre os chefes das missões do PAPs e o Governo realizadas em Março de 2009, a maioria dos assuntos discutidos nesse encontro estão em progressos e encontram-se reportados no relatório do pilar.

Neste sentido, os chefes do pilar concordaram em elaborar um plano de actividade e realizar encontros trimestrais ao longo dos anos 2010 e 2011 para melhorar a gestão de informação necessária para a monitoria e avaliação na área de Governação, em tempo útil, serão tomadas as seguintes acções até o fim de 2010:

- **No sector da RSP**: Implementação da fase piloto da introdução da Cultura de Excelência na Administração Pública Moçambicana; elaborar uma proposta de sistema de planificação, monitoria e inovação dos grandes processos de Reforma do Sector Público; e, estabelecimento de um cronograma de acções com vista a assegurar a recolha e processamento atempados das informações necessárias.
- **Na implementação da Estratégia Anti-Corrupção**: Para além do cronograma de acções, tal como, no caso da Reforma do Sector Público, o Pilar adoptará as recomendações que resultarem da avaliação em curso no tocante ao refinamento dos indicadores de monitoria da Estratégia Anti-Corrupção, por forma a assegurar dados objectivos e fiáveis, bem como, o fortalecimento da intervenção dos Observatórios de Desenvolvimento.
- **Na área da Descentralização**: Realização de encontros do grupo (Governo e Parceiros) com mais regularidade tendo em vista suprir o déficite de 0 territorial/sectorial; (IV) a melhoria da monitoria e avaliação do funcionamento dos conselhos consultivos por parte do MAE.
- Nos sectores da saúde, educação, obras públicas e finanças, os fundos transferidos aos distritos ainda são limitados.

- A falta de planificação dos concursos públicos e de divulgação da legislação a todos os níveis, a implementação do Decreto nº 54/2005, 13 de Dezembro, e de outros novos diplomas legais continua a ser um constrangimento ao nível local.
- No Sector da Justiça, prevalece a necessidade de se continuar a melhorar a gestão de informação necessária para a monitoria e avaliação do Sector em tempo útil, facto que poderá melhorar com a conclusão dos desenvolvimentos dos *softwares* de gestão processual e gestão prisional, previstos para e com a inauguração do sistema de monitoria regular conjunta com periodicidade trimestral,. Por outro lado, foi manifestada a necessidade de se rever as notas técnicas sempre que se justifique, como é o caso dos indicadores 14, 16 e 18.

Pilar do Capital Humano

1 Resumo Executivo

Em comparação com o ano anterior (2008), o pilar de capital humano registou melhor progresso: as metas referentes a 5 (50%) indicadores foram atingidas, 3 não foram atingidas (30%) mas com progressos e 2 (20%) não foram atingidas.

Em termos de expansão dos serviços, no sector de Água e Saneamento, registaram-se progressos em termos de percentagem da população com acesso às infra-estruturas de abastecimento de água nas áreas rurais e urbanas. Adicionalmente, houve progressos na componente de saneamento pese embora as metas de saneamento urbano não tenham sido atingidas. No entanto persistem discrepâncias acentuadas entre os dados resultantes dos inquéritos aos agregados familiares e dados do sector. Pela primeira vez a meta do número de crianças em TARV foi atingido na área de Saúde. Na educação aumentou, em 2009, o número de crianças que entrou na escola na idade certa e que completou a educação básica de sete anos. Na Acção Social, aumentou o acesso aos programas de protecção social apesar do valor real do subsídio de alimentos ter diminuído devido à inflação.

Em termos de melhoria de serviços, registaram-se progressos na gestão de recursos humanos. No sector de Educação, pela primeira vez a meta referente ao rácio alunos por professor foi atingida. Este facto resulta do alcance das metas de contratação anual de novos professores e da melhoria dos processos de substituição dos professores que saem do sector por razões várias. A meta de rácio Habitantes por pessoal técnico de saúde também foi atingida e ultrapassada. Foram elaborados e divulgados projectos tipo de habitação para promover a construção usando recursos materiais disponíveis localmente.

No pilar, houve melhorias na execução financeira dos fundos internos, bem como dos fundos externos, que mostram um aumento de capacidade de pilar em executar os seus planos.

Progresso relativamente aos principais indicadores do Pilar do Capital Humano em 2009

Indicador	Meta (2009)	Realização (2009)	Observações
Educação			
Taxa líquida de escolarização da rapariga aos 6 anos	76%	75,3%	Meta não atingida mas com progresso
Taxa de conclusão da rapariga no ensino primário	44%	42,3%	Meta não atingida mas com progresso
Rácio aluno/professor	68/1	67,7/1	Meta atingida
Saúde			

Indicador	Meta (2009)	Realização (2009)	Observações
Cobertura DPT/HB-3ª dose	95%	94%	Meta não atingida mas com progresso
Cobertura de partos institucionais	60%	55%	Meta não atingida
Habitantes por Pessoal Técnico de Saúde	1.306	1.261	Meta atingida e ultrapassada
Nº de adultos com infecção HIV que recebem o TARV segundo os protocolos nacionais	148.000 ⁸	156.688	Meta atingida e ultrapassada
Nº de crianças que beneficiam do TARV pediátrico	11.500	13.510	Meta atingida e ultrapassada
Água e Saneamento			
Número de novas fontes dispersas construídas	1.496	1.223	Meta não atingida
Mulher e Acção Social			
Número de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar que beneficiam dos programas de Protecção Social	204.827	205.742	Meta atingida

Os grandes desafios ao nível do Pilar Capital Humano para melhorar a prestação dos serviços na base estão ligados aos processos de descentralização. Será necessário continuar i) a reforçar a capacidade limitada na base, ii) a elaborar e comunicar melhor os critérios para a alocação dos fundos nestes níveis, e iii) a melhorar a capacidade do sistema de aquisições ao nível dos sectores, bem como do Tribunal Administrativo para responder de forma mais rápida aos processos e iv) melhorar o sistema de monitoria e avaliação do impacto.

Ao mesmo tempo, a não realização da meta de vacinações das crianças, as preocupações com a aprendizagem dos alunos principalmente nas primeiras classes, a diminuição do poder de compra dos mais vulneráveis, reflecte a necessidade de uma melhor atenção e coordenação entre os sectores na área da primeira infância para assegurar crianças saudáveis, protegidas e preparadas para se desenvolverem até o seu potencial óptimo.

A parceria e o diálogo entre os ministérios e os seus parceiros continuam a melhorar apesar de prevalecerem problemas na área de alinhamento, particularmente no que diz respeito ao registo dos compromissos dos projectos bilaterais no orçamento e à fiabilidade da informação sobre os compromissos de médio prazo.

2 Questões Específicas

Apresentam-se abaixo as principais questões levantadas pelos diversos grupos do Pilar Capital Humano e que merecem uma atenção especial:

⁸ Deve-se notar que o pilar separa as metas por grupo alvo (adultos e crianças). O número de 160 mil que está reflectida no QAD inclui adultos e crianças. Portanto a meta de 160 mil constante no QAD foi atingida.

2.1 Estudo de PETS (Educação)

Em 2009 teve lugar o estudo PETS⁹. O relatório final do estudo não foi aceite pelo Governo e respectivos parceiros por não ter respondido aos TdRs previamente estabelecidos. As justificações da empresa não foram consideradas suficientes, uma vez que os argumentos dos consultores não foram aflorados na fase piloto.

2.2 Gestão de Finanças Públicas (Saúde)

O Plano de Acção Consolidado para Gestão das Finanças Públicas (PEFA) ao nível do sector da saúde foi aprovado em Julho de 2009, tendo de imediato iniciada a sua implementação. As áreas onde se verificou um progresso notável em 2009 incluem: Acção 5 (DAF¹⁰, o Relatório Financeiro foi abrangente, credível e realizado atempadamente); Acção 7 (SP¹¹; Seguimento das Auditorias Externas); Acção 9 (DAF; encerramento das contas bancárias do Fundo Comum); e Acção 12 (SP, DRH¹²; Integração da folha de pagamento). A maioria das acções será concluída em 2010 e 2011. No recente encontro do Comité de Coordenação Sectorial (CCS) de 25 de Março de 2010 ficou acordado que este plano será monitorado ao nível do Comité de Coordenação Conjunta (CCC) e do Secretário Permanente para imprimir maior celeridade na implementação das acções previstas. O grupo de trabalho de Auditoria e Finanças irá facilitar a sua implementação.

2.3 Gestão descentralizada

A chave para um melhor desempenho na prestação de serviços às comunidades é uma implementação cada vez mais descentralizada ao nível apropriado: isto implica uma mudança no papel dos ministérios centrais que deixam de ser implementadores para se concentrarem na definição de políticas, no desenvolvimento de padrões e na monitoria do desempenho.

Ao mesmo tempo, uma implementação descentralizada ao nível apropriado requer a continuação da descentralização de recursos humanos, bem como o aumento da sua capacidade de gerir os diferentes programas.

A sociedade civil e as organizações comunitárias jogam um papel cada vez mais importante na expansão e na garantia da sustentabilidade dos serviços (p.e., reparação das fontes de abastecimento, trabalhadores da saúde da comunidade) face à capacidade limitada do Governo em termos de recursos financeiros e humanos para realizar todas as necessidades.

Uma melhor comunicação e coordenação na planificação, orçamentação, execução e monitoria entre os diferentes níveis e diferentes sectores será necessária para assegurar a ligação entre as grandes políticas do Governo e a sua implementação na base. Isto incluirá clareza sobre os

⁹ PETS de “Public Expenditure Tracking Survey” ou Estudo de Seguimento da Despesa Pública, no sector da Educação.

¹⁰ Direcção de Administração e Finanças.

¹¹ Secretário Permanente.

¹² Direcção de Recursos Humanos.

critérios de alocação, dentro e entre as províncias, dos fundos internos, bem como dos fundos externos (incluindo contribuições das ONGs e do sector privado) para assegurar equidade e eficácia na distribuição dos fundos.

2.4 Projecções demográficas actualizadas

A ainda não disponibilização das projecções populacionais com base nos dados do censo populacional de 2007 impede uma avaliação mais precisa dos indicadores do QAD, particularmente dos indicadores de cobertura. Apesar de se ter observado progressos na recolha de dados, continua a existir a necessidade de assegurar uma monitoria e avaliação mais abrangente e integrada, particularmente ao nível distrital.

2.5 HIV&SIDA

Moçambique fez progressos significativos para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). Contudo, o alcance atempado destes objectivos pode ficar ameaçado pelo desenvolvimento da pandemia do SIDA a nível nacional. Os dados epidemiológicos mais recentes (2009) sugerem que as taxas de prevalência do HIV/SIDA ainda são muito altas, em particular entre as mulheres, afectando 15% das mulheres grávidas na assistência pré-natal – mesmo considerando que esta nova taxa representa melhoria em comparação com os 16% estimados em 2007.

Embora tenham sido feitos importantes progressos em 2009 em termos de tratamento e de PMTCT entre outros, são necessários mais esforços para acelerar e otimizar a resposta contra o HIV/SIDA através de todos os sectores com particular enfoque na prevenção e operacionalização da Estratégia Nacional de Prevenção recentemente aprovada. Além da prevenção, prioridade deve ser dada também à implementação dos programas de HIV/SIDA no local de trabalho para mitigar os impactos negativos nos funcionários do Estado. Também continua a ser necessário integrar melhor a abordagem da protecção social nos sectores, particularmente em relação às crianças órfãs e vulneráveis e às pessoas idosas que as cuidam.

2.6 Execução orçamental

O ano de 2009 mostrou uma melhor execução orçamental (em volume de despesa, mas também em percentagem de execução) nos vários sectores do Pilar Capital Humano, particularmente dos fundos controlados através da CUT. Apesar dos progressos registados continua a haver problemas na inscrição dos projectos bilaterais fora da CUT, particularmente nas áreas da Saúde e de Água e Saneamento, quer na fase de planificação, quer na fase de prestação das contas, contribuindo negativamente para os níveis de execução do orçamento de investimento. No sector de Água e Saneamento permanecem os problemas com as dívidas resultantes do não pagamento

do IVA e das comparticipações que aumentaram de 484 milhões de MT em 2008 para 595 milhões de MT em 2009 (crescimento de 24%).

Ao mesmo tempo permanecem as preocupações com a atribuição de fundos¹³ para os diferentes sectores¹⁴ em linha com as metas do PARPA e com a aparente falta de critérios claros sobre a sua distribuição por província e dentro das províncias.

2.7 Combate à corrupção

Os diferentes sectores continuaram com a implementação dos planos anti-corrupção, particularmente em termos de melhorar a transparência na gestão financeira e na área de aquisições, e através de uma melhor comunicação sobre os direitos dos “clientes” dos diferentes serviços. Embora se tenham observado melhorias na venda ilegítima de serviços (p.e. livro de distribuição gratuita e medicamentos), os sectores deverão continuar a trabalhar em conjunto com outras instituições do Estado (p.e. justiça) para estancar este mal.

3 Desempenho dos Parceiros de Cooperação

A parceria entre o Governo e os seus parceiros no nível do Pilar continua a ser fortalecida, embora os progressos na área do alinhamento tenham sido menos positivos:

continua a haver problemas sobre o momento correcto para o registo dos projectos bilaterais (particularmente no sectores da Saúde e de Água e Saneamento) e no que respeita à canalização dos fundos através da CUT, para projectos em andamento;

previsibilidade ainda deficiente dos fundos externos para o médio prazo;

introdução de medidas adicionais, particularmente na aplicação do sistema nacional de aquisições que tem contribuído para atrasos no processo de aquisições.

4 Progresso por Sector

4.1 Educação

¹³ Será importante, no contexto desta discussão, tomar em conta todos os fundos disponíveis, internos e externos, off e on-CUT.

¹⁴ O grupo de Água e Saneamento constata uma forte dependência dos fundos externos facto que requer maior atenção por parte do Governo; em média apenas 3,9% do orçamento do Estado é alocado ao sector de Água e Saneamento contrariando os 5% estimados no PARPA. No sector da Acção Social, apesar das metas terem sido atingidas, estas continuam aquém das necessidades da população e das propostas (financeiras) anuais de INAS. O sector de Educação está preocupado com a diminuição da fonte externa para 2010 e adiante, que não pode ser compensada pela fonte interna.

Em 2009¹⁵, o sector da Educação e Cultura continuou a desenvolver esforços para implementar o seu Plano Estratégico. Entretanto, dois dos indicadores do PAF não foram atingidos por pequenas margens, tendo o terceiro sido atingido.

- A meta de conclusão das raparigas no Ep2 não foi atingida, tendo-se fixado nos 42,3% (48%¹⁶ incluindo o turno nocturno do EP2) contra os 44% programados e os 34% atingidos no ano anterior, o que denota uma tendência de evolução positiva.
- A meta da escolarização aos 6 anos (para raparigas) situou-se nos 75,3% em 2009, contra os 76% programados. Em 2008 esta foi de 73% dos 74% programados. Resultando do progresso neste indicador, o sector já estabeleceu a equidade no ingresso de rapazes e raparigas aos 6 anos na primeira classe
- Pela primeira vez a meta referente ao rácio alunos por professor foi atingida (67,7 contra 68 planificado). Este facto resulta do alcance das metas de contratação anual de novos professores e da melhoria dos processos de substituição dos professores que saem do sector por razões várias.

O orçamento (interno e externo) para 2009 cresceu e a execução financeira melhorou: a taxa de realização foi de 90,4% (da dotação final) contra os 88% em 2008. Em termos de despesa, houve um aumento de 13,2%¹⁷.

Os maiores desafios do sector incluem as seguintes áreas de acção:

1. Continuar as actividades planificadas para a melhoria da qualidade de ensino nas áreas do ensino bilingue, da primeira infância, da formação de professores (inicial e em serviço), da gestão escolar, entre outras;
2. Desenvolver um sistema de avaliação do desempenho dos alunos baseado em padrões;
3. Assegurar a expansão do ensino pós primário¹⁸ de maneira sustentável e sem afectar os progressos já alcançados no ensino básico;
4. Melhorar a capacidade de planificação, gestão financeira (incluindo as aquisições) e de recursos humanos a partir da base, no contexto do processo de descentralização.

As grandes acções previstas para os próximos anos, reflectidas no PGQ 2010 – 2014, priorizam os desafios atrás referidos. Todavia, a redução do orçamento de investimento previsto para 2010 e anos seguintes, devido à queda na componente externa, poderá comprometer a sua

¹⁵ Fonte de informação: dados produzidos pelo MEC/INE. As taxas de cobertura são calculadas usando como referência as projecções populacionais elaboradas com base no censo de 1997 e outros inquéritos (ainda não estão disponíveis os dados finais do censo de 2007). As projecções demográficas com base no censo de 2007 deverão estar disponíveis a partir de meados do presente ano.

¹⁶ Valor indicado no Balanço do PES, que inclui os alunos do curso nocturno. A nota técnica do indicador do QAD não inclui os alunos do curso nocturno.

¹⁷ REO IV 2009.

¹⁸ Ensino Secundário, Ensino Técnico e Ensino Superior.

implementação. Neste contexto, o sector deverá enveredar por reformas que tornem o sistema cada vez mais sustentável.

4.2 Saúde

O desempenho do sector saúde em 2009 foi marcado pelo início do processo de implementação do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Saúde, especialmente pela criação de condições institucionais favoráveis a sua operacionalização. Neste ano foi também aprovado e iniciado o processo de operacionalização do Plano Estratégico do Sistema de Informação para a Saúde (SIS) 2009-2014 que visa o fortalecimento do SIS para que cada vez mais seja utilizada a informação para a tomada de decisão, recuperando a qualidade e precisão dos dados. A nível programático foi realce a contínua melhoria dos esforços em actividades preventivas no contexto do HIV. Especial destaque vai para o aumento do número de crianças em TARV que pela primeira vez atingiu a meta, indicador que constituiu um dos maiores desafios nos anos precedentes. Para além de actividades preventivas continuaram esforços com vista a reestruturar e melhorar a gestão de programas específicos nomeadamente o Programa Alargado de Vacinação, saúde da mulher e da criança. Foram também aprovados documentos orientadores na área de saúde da mulher (Estratégia de Casas de Espera para as mulheres grávidas e Estratégica de parteiras tradicionais, entre outros) e o Plano de Estratégico do Programa Nacional de Combate a Malária. O ano em avaliação foi marcado pela melhoria da colocação de recursos humanos, com a alocação de um mínimo de 1 médico de clínica geral em cada um dos distritos do país.

No global, o desempenho do sector foi satisfatório. Melhorou em comparação com os resultados atingidos em 2008.

A análise mais detalhada dos cinco indicadores que avaliam o desempenho do sector da saúde no Pilar do Capital Humano no contexto da **Revisão Conjunta do Governo e os Parceiros do Apoio Programático (PAPs)**, mostra que as metas definidas para o ano 2009 foram atingidas em 3 dos 5 indicadores (60%).

4.3 Água e Saneamento

Progressos¹⁹: O sector de água e saneamento atingiu parcialmente as coberturas previstas no Quadro de Avaliação do Desempenho 2009. Na água urbana o nível de cobertura aumentou de 50% em 2008 para 60% em 2009 alcançando a meta prevista. Na água rural, o número de fontes de água dispersas (entre furos e poços), construídas e reabilitados foi de 2.103 contra as 2.439 planificadas; tal deveu-se fundamentalmente ao início tardio de algumas actividades planificadas. Embora não tenha sido atingida a meta de 55% do planificado, aumentou a taxa de cobertura de 52% em 2008 para 54% em 2009. No domínio do saneamento, foi alcançada a meta prevista de 40% em saneamento rural. No saneamento Urbano, as actividades realizadas permitiram atingir 50,2% de cobertura contra 55% previstos no PARPA II. O sector também

¹⁹ Embora persistam discrepâncias acentuadas entre os dados do sector e do INE.

desenvolveu o Programa Nacional de Água e Saneamento (PRONASAR)²⁰ o qual vai permitir investimento sistemático e harmonizado para o abastecimento de água e saneamento rural.

Embora a matriz do QAD não apresente indicadores relativos a recursos hídricos, obras hidráulicas, e Rios Internacionais estes subsectores mostraram um forte desempenho e foi iniciado o processo de elaboração do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos.

Constrangimentos: À semelhança do que sucedeu no ano anterior, persistiram constrangimentos ligados às dívidas com o IVA e às participações do Governo: o valor actual da dívida é de 595 milhões de meticais, significando um crescimento da dívida em cerca de 24% em 2009. Durante o ano em análise, o sector desencadeou sem sucesso esforços com vista à redução da dívida com o IVA e participações. O incremento das dívidas constrange fortemente a implementação dos planos futuros e constitui uma forte preocupação para as instituições do sector, principalmente num contexto em que estão em curso muitas actividades com financiamento externo cujos memorandos de entendimento impõem a participação do governo de Moçambique.

Lições Aprendidas: O desempenho do Sector permitiu aferir algumas lições aprendidas e que tiveram influência nos resultados alcançados: (i) Fundos que passaram pela CUT tiveram em geral um nível alto de controlo da execução; pelo que o sector deverá continuar a estimular os seus parceiros para que os fundos alocados para os projectos sejam feitos através da CUT; (ii) Necessidade de melhorar a partilha de informação sobre os fundos off-CUT planificados ao nível dos projectos bem como a sua execução de modo a permitir que o sector tenha informação mais realista sobre os planos e realizações físicas e financeiras e assegurar a inclusão no PES das actividades dos parceiros; (iii) A alta dependência do sector de fundos externos e a dívida originada pela falta de liquidação do IVA e das participações, sugerem que o sector merece mais atenção do Governo. Em média apenas 3,9% do orçamento do Estado é alocado ao sector de água e saneamento contrariando os 5% estimados no PARPA; (iv) O processo de descentralização tem contribuído significativamente para a melhoria do desempenho financeiro e para a redução dos custos operacionais e custos das Infra-estruturas; (v) Morosidade na aplicação dos fundos descentralizados devido à falta de domínio dos regulamentos nacionais sobre a distribuição dos fundos, pela lentidão nas aprovações pelo Tribunal Administrativa e pela falta de mecanismos e recursos adequados para apoiar os órgãos locais indicam que o processo de descentralização é ainda lento; (vi) Necessidade de reforçar o processo de capacitação com ênfase ao nível dos distritos. (vii) A falta de dados fiáveis tem influenciado o desempenho do sector.

Reformas no sector: Saneamento Rural: A nova abordagem do Saneamento Total Liderado pelas Comunidades (CLTS) esta a surtir bons resultados no saneamento rural. Para assegurar a

²⁰ Oficialmente lançado a 24 de Março de 2010.

consistência de abordagens, a DNA e os seus parceiros irão em 2010 desenvolver uma estratégia para aplicação do CLTS e a promoção e monitoria de tecnologias de saneamento melhorado.

Monitoria e avaliação: a análise que o sector fez sobre os dados do sector, concluiu que os resultados dos inquéritos aos agregados familiares realizados no país pelo INE têm mostrado que, apesar da existência das infra-estruturas seguras de abastecimento de água e saneamento, o número de pessoas que na realidade usa estas infra-estruturas melhoradas não corresponde com a quantidade das infra-estruturas existentes, principalmente nas zonas rurais. Assim, durante o encontro de Revisão Anual, foi acordado que, até Outubro de 2010, o sector irá rever e acordar os parâmetros para o cálculo de cobertura de água e saneamento de modo que os dados reflitam a real situação.

4.4 Mulher e Acção Social

Desempenho do sector: Indicador do QAD # 27: “Número de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando dos programas de Protecção Social” – Meta atingida.

O Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS) assistiu 205.742 pessoas correspondendo a um sobre-cumprimento de 0,45% em relação à meta do QAD para 2009, fixada em 204.827 beneficiários. Para além dos programas de protecção social básica implementados directamente pelo Instituto Nacional da Acção Social (INAS) destacou-se o atendimento de 328.348 crianças em situação difícil, 65.407 crianças em idade pré-escolar, 3.702 pessoas idosas e 3.756 pessoas portadoras de deficiência nas comunidades e nas instituições vocacionadas.

Para os escalões do PSA foram mantidos os valores das transferências monetárias, o que traduz uma redução de 13,6% da capacidade aquisitiva dos beneficiários em relação ao ano da última actualização do valor (2008), considerando os valores da inflação.

Em Novembro 2009, o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento do Subsistema de Segurança Social Básica. Ao longo do ano foi elaborada a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica.

Execução orçamental: Para o ano de 2009, o sector recebeu uma dotação orçamental de 367.925,97 MT, sendo 306.824,60 MT para o funcionamento dos órgãos do sector com a execução de 99,54% e 61.101,37 MT para o investimento com uma execução de 95,62%.

Desafios

1. Aumentar o valor do OE alocado aos programas de protecção social básica de forma a cobrir um número maior de beneficiários, tendo em conta os níveis de vulnerabilidade existente no país;
2. Aplicar o mecanismo de aumento do valor do subsídio de alimentos expresso no Decreto nº 19/93 de 25 de Agosto, para garantir a manutenção do poder de compra dos beneficiários face à inflação;

3. Mudar a actual classificação no OE referentes aos programas de protecção social (actualmente incluída na rúbrica “Encargos Gerais do Estado”) para facilitar a planificação e monitoria;
4. Reforçar a coordenação inter-sectorial na área da acção social;
5. Desenvolver um sistema de Monitoria e Avaliação abrangente e integrado, capaz de fornecer dados sobre os resultados e impacto das intervenções do Sector;
6. Aprovar e implementar a EN SSB (incluindo a definição do Plano Operacional).

Lição Apreendida

A utilização do grupo da Acção Social para análise e apresentação de recomendações sobre as questões de interesse do sector continuou a notabilizar-se como uma prática que contribui para a melhoria gradual da articulação entre os actores e do impacto da intervenção.

4.5 Habitação

Para a componente habitação, privilegiou-se a promoção de habitação através da construção de casas, concessão de créditos à habitação, assim como as actividades que contribuem para o acesso á terra infra-estruturada pelas população.

Neste domínio, foram realizadas as seguintes actividades em 2009:

4.6 Habitação

Elaborados e enviados projectos-tipo de habitação às províncias para divulgação, cuja tecnologia de construção prevê o uso de recursos materiais disponíveis localmente. Nesta perspectiva, foram elaborados Projectos-Tipo de casas utilizando como material a palmeira brava, solo cimento e tijolo queimado para a sua divulgação nos bairros de reassentamento no âmbito do programa de construção das habitações.

Foi feito o acompanhamento e assistência técnica às Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação sobre a elaboração e implementação de projectos de habitação com recursos disponíveis localmente.

Visando o apoio aos órgãos locais, foram feitos e enviados os comentários aos projectos-tipo evolutivo para construção de casas para técnicos afectos nos distritos a nível da província de Gaza.

Procedeu-se à recolha da documentação relevante para a elaboração da Estratégia de Habitação para a Função Pública (EHFP) e foram laborados os termos de Referência para a contratação da consultoria;

4.7 Urbanismo

Promovida a elaboração e implementação de planos parciais de urbanização para a demarcação de 15.600 talhões (80,5%) dos 19.400 previstos para construção de habitação;

Prestada assistência técnica a 10 órgãos Provinciais e 38 Distritais, em matérias de implementação de planos de urbanização; e

Divulgada a Legislação sobre a gestão do solo urbano em 38 órgãos locais.

Elaborado manual sobre “Expansão das Cidade e Vilas Moçambicanas” sendo um instrumento que contribui para soluções práticas de implementação de planos parciais de urbanização a ser divulgado junto das autoridades locais.

4.8 Materiais de Construção

Elaborados e editados guiões de produção artesanal de tijolos maciços e de construção com tijolos maciços;

Elaborado guião de soluções técnicas de construção usando tijolo maciço e do bloco de solo estabilizado;

Distribuídos e divulgados três (3) mil exemplares de guiões pelas províncias e distritos;
Construídas duas (2) casas- modelo com uso de tijolo maciço e de solo estabilizado.

Elaborados os termos de referência para o projecto de construção do Centro de Recursos na Província de Manica.

4.9 Fundo para o Fomento de Habitação

4.1. Projectos Replanificados

Disponibilizados aos Promotores, a totalidade dos valores para financiamento de todos os projectos inscritos no IV Contrato Programa replanificado em implementação em 18 Municípios e 28 Distritos, cuja execução efectiva situa-se em cerca de 80% (equivalente a 4.893 produtos). Do conjunto dos projectos replanificados cerca de 60% (3.529 produtos) estão concluídos e encontram-se em diferentes níveis de disponibilização em forma de Crédito à população alvo e a instituições públicas. 16% (1015) dos produtos de projectos replanificados encontram-se em diferentes estágios de procurement para execução efectiva (empreitada), com destaque para a Urbanização Básica de 850 talhões no Município de Maputo, ora transferido de Zimpeto para Catembe.

Financiada a construção de mais 18 casas com material misto em relação ao previsto no IV Contrato-programa replanificado totalizando 20 casas, no Distrito de Nicoadala, Província da Zambézia.

De igual modo foi disponibilizado ao Governo da Província de Tete um financiamento no valor de 5.000.000,00MT (cinco milhões) de meticais, no contexto do reinvestimento das receitas obtidas dos projectos locais.

A tabela seguinte apresenta o estágio dos Projectos Replanificados do IV Contrato-Programa e Extra Plano em 2009

Projectos replanificados							
Tipo		Produtos previstos	Concluídos	Em fase de empreitada	Por iniciar	Cancelados	
Urbanizações (Talhões)		IV CP	6.090	3.483	1.200	1.015	400
Casas	Solo-Cimento	IV CP	170	14	156	---	---
		Extra Plano	1	1	---	---	---
	Alvenaria Convencional	IV CP	20	12	8	---	---
		Extra Plano	8	7	1	---	---
	Misto	IV CP	2	20	---	---	---
Remodelação (Delegacao)	Extra Plano	1	1	---	---	0	
TOTAL:			6.292	3.538	1.365	1.015	400

4.2. Projectos transitados

O Financiamento para reabilitação e conclusão de 5 (cinco) projectos transitados dos Contratos-Programas anteriores, foi uma das principais acções realizadas em 2009, que registaram evoluções assinaláveis se for tomada em consideração a dificuldade de recomposição dos então principais intervenientes nos projectos.

Foram reabilitados 2 projectos (40 dependências no Bairro de Cumbeza, Distrito de Marracuene Província de Maputo e 36 casas de Tambara II, Província de Manica), e concluído o Pequeno Sistema de Abastecimento de Água (PSAA) de Cumbeza, no âmbito da execução integrada com a Direcção Nacional de Águas (DNA). Foi concluído o processo de rescisão de contratos com a KFM e ECOSSIS, estando em curso o processo de procurement para conclusão das 10 casas inacabadas em Xai-xai.

4.3. Projectos extra plano

Dos 4 (quatro) projectos previstos 3 (três) foram concluídos 7 (sete) casas em Picoco II Distrito de Boane, uma casa T4 no Distrito de Moamba, Província de Maputo; remodelação da Delegação do Fundo para o Fomento de Habitação em Inhambane; e uma casa no Bairro de Magoanine, Município de Maputo está na fase de empreitada após rescisão de contrato com o primeiro empreiteiro.

A seguir apresenta-se a tabela resumo do estágio dos Projectos transitados.

Projectos transitados						
Tipo		Produtos previstos	Concluídos	Em fase de empreitada	Por iniciar	Cancelados
Reabilitação (casas)	Cumbeza	40	40	---	---	---
	Tambara II	36	36	---	---	---
Execução Integrada	PSAA - Cumbeza	1	---	---	---	---
Conclusao (Casas)	Xai-Xai	10	---	---	10	---
TOTAL:		87	77	---	10	---

4.4. Concessão de crédito

Foi concluída a verificação documental, comprovação da morada e avaliação da capacidade de endividamento dos candidatos da lista fornecida pelo APIE, para Realojamento dos Inquilinos das Fracções Autónomas Não Independentes nas Dependências do Bairro de Cumbeza, Distrito de Marracuene, Província de Maputo.

No âmbito do IV Contrato-Programa foram disponibilizados 3.439 Créditos de Terra Infra-estruturada, dos quais 1.400 créditos só no ano em análise em 5 locais (Nicoadala, Catandica, Manica, Macia e Manhiça); 512 Créditos à habitação, e apoio a 6 Associações Juvenis na promoção da habitação e geração de renda própria.

Teve início o processo de comprovação e avaliação da capacidade de endividamento dos Inquilinos das Fracções Autónomas Não Independentes do Parque Imobiliário do Estado em Quelimane, Província da Zambézia, candidatos à concessão do crédito em Material de Construção, para resolução do conflito.

Assim, o valor de arrecadação de receitas provenientes do crédito foi de 14.506.282,93 meticais, equivalente a 57% do desempenho.

Relatório do Pilar de Desenvolvimento Económico

Introdução

Os sectores que constituem o Pilar de Desenvolvimento Económico tiveram em termos gerais um desempenho aceitável em 2009. Dos 9 indicadores do Pilar, 2 foram atingidos nomeadamente o indicador 28 para o sector financeiro, respeitante a implementação das IFRS e a Lei do regime jurídico do contrato de seguro; bem como o indicador 35 respeitante a novas ligações à rede eléctrica. Em relação aos restantes 7 indicadores do pilar, as respectivas metas não foram atingidas embora todas registem progressos assinaláveis.

De realce no pilar são os desenvolvimentos positivos relacionados com a extensão da cobertura da rede bancária e micro-financeira, da rede eléctrica e das reformas no ambiente de negócios que melhoraram o ranking de Moçambique no *doing business* da posição 141 para a posição 135. Igualmente a destacar como positiva a descentralização para os distritos e municípios da planificação e execução da manutenção da rede viária.

Não obstante, persistem ainda desafios relativos a necessidade de acelerar o passo de reformas ao ambiente de negócios, e as insuficiências orçamentais que constroem dentre outros a delimitação de terras comunitárias e a execução de projectos de infraestruturas, este último é igualmente afectado negativamente pela morosidade que caracteriza o processo de procurement.

SECTOR FINANCEIRO

No sector financeiro a banca caracterizou-se por : (i) variação do crédito à economia na ordem de 58,6%; (ii) o rácio de solvabilidade atingiu 15,1% ; (iii) manutenção da tendência decrescente do spread das taxas de juros, tendo se situado em 9,05%; (iv) entrada em funcionamento de 55 novas agências bancárias; (v) expansão da rede bancária para mais 17 distritos totalizando 51 distritos com presença bancária. Não obstante Maputo domicilia 167 balcões equivalentes a 47,44% do total.

Ao nível regulamentar, destaque vai para a redução da taxa de Reservas Obrigatórias para 8,00%; e a redução das taxas de intervenção, de Facilidade Permanente de Depósitos e Facilidade Permanente de Cedência de 7% para 3% e 13,00% para 11,50% respectivamente e aprovação do Aviso nº5/GBM/2009 sobre o Regime de Comissões e outros encargos. A actividade seguradora tem tido um desempenho positivo de ano para ano, traduzido pelo crescimento médio anual de 20,4% dos prémios brutos emitidos nos últimos 4 anos e licenciamento de novos mediadores em número de: (i) 7 Corretores de seguros; (ii) 4 Agentes de seguros; e (iii) 163 Promotores de seguros.

O Sistema de Segurança Social Obrigatória gerido pelo INSS, foi instituído em 1990 e, gradualmente vai atingido a sua maturidade, daí que haja necessidade de um controlo estrito do seu desenvolvimento e transparência na sua gestão. Esta accção tem vindo a ser desenvolvida através de definição de uma política de investimentos adequada, avaliação actuarial e publicação das suas contas.

No tocante aos indicadores do QAD, nomeadamente o indicador 28, (i) Lei de autorização legislativa do regime jurídico do contrato de Seguro, apreciada pelo CM e submetida a AR e (ii) Adequação das aplicações informáticas para a implementação do novo Plano de Contas. (Aplicações informáticas e transição para as IRFS em, as respectivas metas foram atingidas; O indicador 29 (Criação de condições técnicas e pacotes legislativos para implementação de recomendações de estudo actuarial e da estratégia de investimentos), a meta não foi atingida mas regista Progressos.

SECTOR PRIVADO E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O ambiente de negócios melhorou no período em apreço como resultado da implementação de reformas administrativas e no quadro. A simplificação do registo de empresa e as melhorias administrativas nas alfândegas visando a flexibilização do comércio internacional contribuíram para que Moçambique melhorasse 5 posições no ranking geral do *Doing Business*, tendo passado da posição 141 para 135, num universo de 183 países. Não obstante, estas reformas não foram, de todo, suficientes para evitar a queda do país numa posição no ranking regional da SADC, encontrando-se, actualmente, na 12ª posição, somente a frente de Zimbabué, Angola e RDC.

A análise do clima de investimentos realizada em 2009 pelo Banco Mundial indica que embora várias reformas com impacto no ambiente de negócios tenham sido implementadas em 2009, registou-se um agravamento das limitações no acesso ao crédito, e agravamento dos níveis de criminalidade e informalidade. Neste sentido torna-se imperiosa a aceleração do processo de implementação da Estratégia e Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócios, bem como do estabelecimento do respectivo sistema de monitoria e da Estratégia das Pequenas e Médias Empresas. Acima de tudo, é importante assegurar um forte envolvimento político e elevada coordenação governamental na implementação das reformas do ambiente de negócios.

No tocante aos indicadores do QAD, nomeadamente, indicador 31 (“tempo necessário para efectuar uma importação e exportação”) e indicador 32 (“custo da contratação e despedimento dos trabalhadores”), Apesar de registarem progressos, as respectivas metas não foram atingidas.

AGRICULTURA

Concernente ao sector da agricultura, a prioridade do governo em 2009 foi a implementação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA) com o objectivo de aumentar a produção e a produtividade. Para este fim, foram atribuídos ao MINAG recursos financeiros no valor de 378,7 milhões de Meticais. A avaliação do resultado do meio-termo do PAPA, está prevista para 2010.

No contexto de finalização do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), foram realizadas consultas a vários actores chaves. A aprovação está prevista para 2010. Em termos gerais, no ano de 2009 a produção agro-pecuária cresceu em 8.6% com relação a 2008. O crescimento do sector foi afectado pela crise global financeira e desastres naturais.

Em 2009 o orçamento do MINAG cresceu em 7 pontos percentuais em relação a 2008. A execução orçamental excluindo os projectos cuja execução não passa pela Conta Única do Tesouro (CUT), situou-se em 87%. A prioridade do governo em 2009 foi a implementação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA) com o objectivo de aumentar a produção e a produtividade. Para este fim, foram atribuídos ao MINAG recursos financeiros (378,7 milhões de Meticais). A avaliação do resultado do meio termo do PAPA, está prevista para 2010. No contexto de finalização do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), foram realizadas consultas a vários actores chaves. A aprovação está prevista para 2010.

Relativamente aos três indicadores do QAD, apesar de não terem atingido a meta, tiveram um progresso em relação a 2008. O número total de camponeses assistidos o grau de realização foi de 75.5%, enquanto que o número de comunidades locais delimitadas, registadas no atlas cadastral e certificadas atingiu 52%, e o número de hectares de novos regadios construídos e ou reabilitados com fundos públicos, foi realizado em 69%. Contribuíram para o não alcance das metas factores internos como os processos de aprovisionamento assim como a exiguidade de recursos.

ESTRADAS

No sector das estradas, dentre as várias actividades desenvolvidas, a implementação dos programas de manutenção de estradas urbanas e os levados a cabo pelos governos distritais, merecem especial reconhecimento. Nestes programas, os municípios e os distritos são responsáveis pela planificação e execução dos trabalhos, cabendo ao sector atribuir recursos financeiros, prestar assistência técnica e monitorar o programa. Em relação aos grandes projectos, o início das obras em importantes troços da rede primária de estradas, depois de resolvidos os constrangimentos de ordem financeira, são também dignos de menção e juntam-se a estes as várias pontes iniciadas e/ou concluídas.

Várias áreas ainda constituem desafios para o sector, nomeadamente: (i) a necessidade do estabelecimento de um plano de desenvolvimento da rede de estradas sustentável; (ii) a necessidade de equilibrar os investimentos na rede de estradas, atribuindo mais recursos financeiros às estradas em meio rural; (iii) a necessidade da implementação de um sistema de gestão de informação; (iv) a necessidade de melhorar a implementação do programa de manutenção periódica das estradas asfaltadas.

Como lições aprendidas destaca-se o impacto da escalada de preços, particularmente nos projectos que envolvem as empresas internacionais. Neste âmbito, exige-se que haja, no Sector, uma reflexão estratégica em relação aos padrões dos projectos e das soluções técnicas a adoptar. Por outro lado, o longo ciclo de aprovações, continua a ser um entrave para o sector, sendo muitas vezes responsável pelos atrasos na implementação de programas, com implicações também, de ordem financeira. Outrossim, o longo e moroso ciclo de aprovações, quer dos relatórios de avaliação assim como dos respectivos contratos, permanece um constrangimento. Esperava-se que após a aprovação do plano, todas as actividades delas constantes pudessem ser tratadas de forma mais facilitada e funcional.

O desfasamento que existe entre a elaboração das propostas do PES e do Orçamento, tem que ser analisado, na medida em que, a disponibilidade financeira, nem sempre acompanha as necessidades de desenvolvimento do Sector: para as mesmas metas físicas, há sempre menos recursos financeiros.

É de realçar a execução de actividades de manutenção, através da atribuição de recursos aos distritos e municípios, atribuindo a estes a responsabilidade pela planificação e implementação, constituindo esta, uma etapa fundamental no aprofundamento do processo de descentralização, tendo igualmente contribuído para impulsionar o desenvolvimento dos empreiteiros locais e a capacitação institucional em matérias de planificação, procurement e monitoria de programas.

Para o ano de 2009, foi estabelecido para o indicador 36 a meta de assegurar que 73% da rede classificada das estradas fosse mantida em condições que variam de boas a razoáveis, tendo-se atingido 71%. Apesar da meta não ter sido atingida, esta actividade regista progresso.

ENERGIA

O Sector de Energia registou resultados positivos, no cumprimento das metas definidas no Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, do Plano Económico e Social e Orçamento de Estado para 2009 bem como do PARPA II, com particular destaque para os indicadores e metas patentes no Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD). A expansão dos serviços de energia para saúde e educação atingiu cerca de 102%, com a electrificação de 511 escolas e centros de saúde rurais contra a electrificação de 500 escolas e centros de saúde programados para o ano de 2009, no âmbito das actividades a serem realizadas pelo FUNAE.

No âmbito do melhoramento da produtividade no sector de energia encontra-se em curso o processo de avaliação de desempenho e eficiência da EDM, em relação ao Contrato-Programa nos anos 2006, 2007 e 2008.

No concernente ao sector da energia, o número de novas ligações efectuadas superou a meta planificada em cerca de 75%, o que permitiu a ligação à rede de 122.549 clientes o que corresponde a um total de cerca de 760.000 clientes conectados a rede ate ao final de 2009. A percentagem de pessoas com acesso sustentável aos serviços de energia moderna, atingiu 14,4% de população com acesso à energia eléctrica quando comparado com os 10% planeados para 2009.

No que concerne a iniciativa ITIE, foi apresentado a 11 de Março de 2008 na 5ª Sessão do Conselho de Ministros pelo Ministério de Recursos Minerais (MIREM) a informação sobre esta materia, critérios e etapas do processo de adesão à iniciativa.

Foi realizado um seminário internacional de lançamento da ITIE no dia 23 de Outubro de 2008 em Maputo, no qual, para além da discussão aberta e troca de experiências com outros países participantes, foram apresentados os seguintes documentos:

- Proposta de programa de actividades;
- Proposta de composição do Comité de Coordenação (inclui membros do governo, sociedade civil e sector privado);
- Termos de Referência;
- Indicação pela SEXA a MIREM de um grupo adhoc de trabalho (inclui representantes do MIREM, MPD, MF, sociedade civil e sector privado)

6. S.Excia o Presidente da República fez uma declaração pública e inequívoca do cometimento do Governo de Moçambique à ITIE, durante a 11ª Conferencia Anual do Sector Privado em Novembro de 2008.

7. A declaração do Chefe de Estado foi seguida do envio em Dezembro último de um Ofício formal pela S.Excia a Ministra dos Recursos Minerais ao “*Chairman of the Board of EITI*” em Oslo na Noruega, informando da decisão do Governo Moçambicano de se candidatar como membro da ITIE.

8. O Grupo de Trabalho adhoc já se reuniu a 5 de Fevereiro do presente ano para a redefinição do plano de actividades da ITIE até 2010 de acordo com as prioridades, harmonização das sugestões e recomendações saídas do seminário de Outubro.

9. O Comité de Coordenação já foi formado e é composto por 13 pessoas: 5 membros do Governo, incluindo S.Excia o Vice-Ministro do MIREM (presidente); 4 membros da Sociedade Civil e 4 membros do Sector Privado.

10. A candidatura formal de Moçambique à ITIE foi submetida a 23 de Abril de 2009 ao Secretariado da ITIE em Oslo, incluindo a carta de candidatura com os seguintes anexos: a) lista de participantes do workshop de lançamento da ITIE de 23 de Outubro de 2008, b) o programa e agenda do workshop, c) recomendações saídas do workshop de lançamento da ITIE, d) o plano de trabalhos pós workshop, e) os Termos de Referência da ITIE Moçambique, f) e g) a composição do Comité de Coordenação.

Igualmente, o Governo de Moçambique indicou S.Excia. O Sr.Vice-Ministro dos Recursos Minerais, como líder da implementação do ITIE em Moçambique.

11. Moçambique foi formalmente aceite como País candidato em Maio de 2009.

12. Existe um Comité de coordenação em funcionamento constituído por Governo, Sector privado, Sociedade Civil e Académicos. Igualmente, existe um Plano de actividades com um cronograma para a implementação das actividades.

13. Existe um orçamento para a execução das actividades que esta dependente ou aguardando a contribuição dos parceiros. Foi também criado o Secretariado com o Secretário Executivo a desempenhar as funções desde o dia 1 de Abril de 2010, estando neste momento a decorrer a selecção dos auxiliares.

14. Esta previsto para 19 e 20 de Maio um Workshop que será co-organizado entre o Secretariado Executivo e o Banco Mundial, um evento de carácter de treinamento e capacitação que contará com a participação de cerca de 100 pessoas entre consultores internacionais, representantes de instituições públicas e privados nacionais ligados a questão do ITIE em Moçambique.

15. Será realizada uma viagem de estudo a Ghana e Libéria (países considerados cumpridores e em progresso na implementação do EITI) na segunda semana de Junho, integrando sete pessoas a serem indicadas pelo comité de coordenação com a seguinte composição: dois do sector público, dois do sector privado, dois da sociedade civil e o respectivo Presidente do Comité de Coordenação. A visita tem como objectivo inteirar os membros das experiencias dos outros países de forma a levarem a cabo as acções de implementação do ITIE.

Assuntos Transversais

Avaliação do desempenho a luz do PES 2010/ Indicadores do QAD

O nível de desempenho nas áreas transversais com base nos indicadores do QAD de 2009 é bom. Muitas das metas foram alcançadas e ultrapassadas.

Área do HIV e SIDA

A Prevenção destacou-se em 2009, com a formulação do novo Plano Estratégia Nacional de Luta contra o SIDA, PEN III, 2010-2014, já aprovado pelo Conselho de Ministros. O documento vinca a abordagem multisectorial, fundando-se em princípios entre os quais os da descentralização, da economia de recursos e maximização da sua utilidade e da orientação com base na evidência. Contempla matrizes operacionais que facilitarão a produção de planos operacionais.

A actuação das lideranças tendo como fundamento a moçambicanização das mensagens e da resposta recomendadas na Iniciativa Presidencial deu visibilidade à advocacia. A luta contra o Estigma e discriminação contra PVHS deu passos significativos com a aprovação pelo Parlamento da Lei nº12/09, de 13 de Março. Outro marco foi a aprovação da lei contra a violência contra a mulher que reúne instrumentos que poderão ser usados para o combate a violência sexual e com ela o aumento da infecção com HIV.

Destacaram-se também realizações nas pesquisas, comprovadas pelo resultados da ronda de vigilância sentinela para o período de 2009, que serve de para estimar o impacto demográfico. A ronda revelou uma prevalência nacional de 15%. A base de dados sobre a Avaliação Nacional de Gastos com HIV (NASA/ MEGAS) para o período 2006 – 2008 foi concluída, assim como o relatório UNGASS que cobre os anos 2008 – 2009.

O lento progresso ao acesso universal continua um grande desafio, sendo-o também a questão dos sistemas de gestão de dados e o limitado acesso a dados sobre a epidemia.

No que diz respeito ao financiamento da resposta nacional, introduziu-se em 2009 o Fundo de Resultados Rápidos, tendo o CNCS iniciado a sua retirada na gestão de subvenções para se ocupar integralmente da coordenação e facilitação da resposta.

Em termos de execução financeira do Conselho Nacional de Combate ao SIDA em 2009, realce-se a redução das contribuições dos parceiros em 50% comparativamente ao ano anterior. A contribuição doméstica também não sofreu aumento assinalável. Assim, a execução financeira do CNCS fixou-se 90.59% em relação ao orçamento interno, de uma dotação de USD \$

2.229.17, tendo em relação ao orçamento externo sido de 90.23%, de uma dotação de USD \$ 11.098.05.

Desempenho à luz dos indicadores do QAD 2009

A) Indicador do QAD # 37^a: % e (N^o) de mulheres grávidas HIV+ que receberam medicamentos ARV nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão de mãe para o filho (PTV)

Meta para 2009: 50,185 (48.2%)

Atingido em 2009: 66,615 (64 % usando o denominador original; e 44.7% usando o denominador actualizado em 2008).

Observações:

A meta foi atingida e ultrapassada. O n^o de mulheres grávidas HIV+ que receberam medicamentos ARV para a prevenção da transmissão do vírus de mãe para filho (PTV) foi de 66,615 (a meta era de 50,185). Comparando com o ano de 2008, houve progressos, atendendo que apenas 46,848 mulheres grávidas HIV+ receberam medicamentos ARV para a prevenção da transmissão vertical (32.1% cobertura).

Género

Houve progressos em certos sectores na área da violência, com a elaboração do protocolo de atendimento integrado e acções de formação na área de violência, a produção de materiais de Informação Educação e Comunicação, planificação e orçamentação na óptica de género. Contudo, persiste em todos os sectores uma falta sistemática de dados desagregados por sexo para fornecer evidências bem como para influenciar políticas. Um aspecto preocupante é o (in) cumprimento das orientações metodológicas sobre integração de género pelos sectores.

Meio Ambiente

O aquecimento global aliado às Mudanças Climáticas coloca ao país grandes desafios ambientais em termos de gestão dos recursos naturais, do impacto dos mega-projectos para se lançar num caminho de desenvolvimento sustentável. É assim que as questões ambientais devem merecer cada vez mais maior destaque nas estratégias nacionais e nos planos sectoriais a todos os níveis.

De acordo com a matriz estratégica do PARPA II, o único indicador do ambiente está ligado a elaboração dos 40 planos estratégicos de desenvolvimento distrital (PEDDs), visando melhorar o planeamento e o ordenamento territorial. Este indicador foi cumprido em 2008 e para 2009 por antecipação. O Planeamento e Ordenamento Territorial constitui uma das grandes prioridades ambientais no país. Dado ao seu grande contributo para a melhoria do uso dos solos e da qualidade de vida dos cidadãos a elaboração dos planos de uso da terra deverá continuar até

cobrir os restantes 88 distritos. Para capacitar os governos distritais e locais de forma a responder com eficácia os desafios de planeamento territorial foi criado em 2009 o Instituto Médio de Planeamento Físico e Ambiente (decreto 55/2009) estando a funcionar neste momento com 86 estudantes provenientes de todas as províncias, incluindo o nível central.

O ano de 2009 foi de grandes avanços nas áreas de Educação Ambiental através do Lançamento da Campanha Nacional de Educação Ambiental, dirigido por Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique na qual tomaram parte perto de 2000 convidados (escala nacional, Governos Provinciais e Distritais); a capacitação de 203 educadores ambientais em todo o país, com destaque para os Directores dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-Estruturas e; a identificação de 128 localidades vistas como as mais críticas em termos de gravidade dos problemas ambientais.

Com vista a redução da perda dos recursos naturais, foi finalizada a sistematização de dados sobre os principais focos de ocorrência de Queimadas nos distritos; o levantamento de dados sobre a Erosão de Solos (província de Manica) bem como o levantamento de dados sobre os gases com efeito estufa abrangendo as áreas de agricultura, florestas, resíduos sólidos e processos industriais.

No mesmo período, testemunhamos a multiplicação de esforços de parcerias em áreas como Mudanças Climáticas, desflorestação (através de mecanismos como o REDD, Redução de Emissões derivadas da Degradação e Desmatamento) e degradação de solos. Importa referir que no período em análise, os grandes desafios ambientais na agenda internacional, centraram-se nas Mudanças Climáticas, com simpósios e debates a nível dos vários blocos mundiais, com vista a se acertar consensos rumo a Conferência das Partes (COP-15) na Dinamarca, realizada nos finais de 2009.

Desminagem

O programa de desminagem em 2009 teve resultados satisfatórios, com a desminagem de 3.7 milhões de m². Como resultado, a extensão territorial remanescente por desminar até 2014 reduziu para 9,4 milhões de m², o correspondente a 322 áreas, nas províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, dos 12 milhões de m² identificados, correspondentes à 541 áreas pela pesquisa de base em 2007/8. Em termos de metas anuais, a de desminagem foi atingida, dos 3.6 milhões de m² previstos para o ano em análise e a de educação cívica também foi atingida. As áreas de maior desempenho foram a desminagem e educação cívica sobre o perigo de minas.

Em termos de financiamento ao programa em 2009, a comunidade internacional, contribuiu com USD5,9 milhões e o Estado com USD3 milhões. A execução do Orçamento de Funcionamento foi de 90% e do Orçamento de Investimento foi de 50%. O baixo nível de execução do OE deveu-se a morosidade na tramitação dos processos administrativos relativos a aquisição de bens e serviços do Estado.

Para a conclusão da desminagem até 2014, **o grande desafio consiste na mobilização sustentável de recursos financeiros até então estimados em USD35 milhões, requerendo uma garantia de prognóstico de recepção desses recursos, de forma a fazer uma planificação efectiva da actividade**, permitindo a desminagem de todos os objectos económicos e sociais afectados por minas, nomeadamente as torres de alta tensão Maputo-Komatiport, a Linha de Alta Tensão Beira I e II, a Cintura de Cahora Bassa, a linha da fronteira entre Moçambique e Zimbabwe, estradas e pontes e as áreas de elevado potencial agro-pecuário.

Ciência e tecnologia

No domínio da investigação destaca-se o papel das expedições científicas que permitiram o mapeamento dos principais constrangimentos com base em métodos e técnicas científicas, a realização de análises laboratoriais das amostras de calcário para o seu melhor aproveitamento no Distrito de Panda, a realização das jornadas científicas, identificação de 8 inovadores, criação do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica (CIDE), financiamento de 48 projectos de investigação, concessão de 46 bolsas de estudos para mestrado e doutoramento e mais 79 de iniciação científica.

No âmbito da transferência de tecnologias e inovação foram produzidos 5 vídeos ligados a produção de alimentos e ainda instaladas 3 Vilas de Milénio. No domínio das TICs em 2009 registou-se uma redução significativa dos preços de backbone mas que se mantém ainda acima dos níveis que poderiam ser atingidos. Os preços de backbone impõem custos de operação significativos para os próprios serviços e redes do Governo e para as comunidades. Para 2010, espera-se uma continuação desta tendência de redução, nomeadamente através da introdução de novos operadores, de uma regulação efectiva do sector, e do desenvolvimento de aplicações. No que concerne a divulgação e promoção da ciência de entre várias acções desenvolvidas destacam-se a realização da VII Mostra de C&T na Cidade de Maputo, contando com 61 expositores em 119 Stands, representando um acréscimo de 41% e 101% de número de expositores e stands, em relação a edição anterior e sua réplica ao nível do país.

No que concerne ao orçamento importa referir que o envelope de recursos do MCT foi de 38,053,232.8 MT dos quais 33.609.032,80 MT de funcionamento e 4,444,200.00 MT de investimento. Desta dotação, obteve-se um nível de execução de 95% no orçamento de funcionamento e 69% ao nível do orçamento de investimento.

Segurança alimentar e nutricional

A segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é analisada em Moçambique, com base em cinco dimensões importantes: Disponibilidade de alimentos; Acesso aos alimentos; Uso e Utilização dos alimentos; Estabilidade de Alimentos e Adequação dos Alimentos. Assim, tendo em consideração a estas dimensões, pode-se afirmar que, o ano 2009 foi considerado um ano “estável”, devido ao bom desempenho da campanha agrícola de 2008/09, onde registou-se um aumento substancial na produção e disponibilidade de alimentos na ordem de 13% para a produção de cereais, 6.7% para as leguminosas e 8.5% para a mandioca. Os preços dos produtos alimentares básicos estavam elevados, com incrementos superiores a 150%, entre Março de 2008 e Março, de 2009. Contudo, a situação melhorou a partir de Setembro de 2009.

A situação nutricional era crítica, com as taxas de Baixo Peso à Nascimento (BPN) elevadas (11%), o que reflecte o deficiente estado de saúde e/ou nutrição durante a gestação e pode ter um impacto negativo no crescimento e desenvolvimento da criança. É importante realçar ainda que o indicador BPN está muito relacionado ao indicador Altura por Idade, que define a desnutrição crónica, cujas taxas são muito elevadas no nosso país. O CI melhorou significativamente (CI=4 %) sendo abaixo ao nível crítico (16 %) definido pelo MISAU. Estas melhorias ocorrem graças as intervenções em curso que visam a promoção de saúde e nutrição das crianças.

Salienta-se a persistência de problemas de fraco uso e utilização dos alimentos, o saneamento do meio continua precário, a educação nutricional é fraca e há registo de casos de dieta alimentar pobre nas províncias do Cabo Delgado (20%), Gaza (20%), Tete (11%), Manica (10%) e Niassa (11%) para além de partes de Nampula e do Centro (Zambézia).

O número de pessoas em InSAN aguda no país foi identificada em 258, 000 pessoas em Janeiro de 2009, e entre Maio - Agosto de 2009: 281,300 pessoas carentes de assistência humanitária. Apesar destes números, a situação de SAN, no ano de 2009 é considerada estável, pois não se registaram choques significativos que alterassem o modo de vida das pessoas. Entretanto, isso não implica que não possa ter havido focos de défice alimentar localizados.

Desenvolvimento Rural

A meta prevista para 2009 era de 10 Agências de Desenvolvimento Económica Local (ADEL) estabelecidas e em funcionamento a nível Nacional. Esta meta foi atingida, com o estabelecimento de 10 ADELs em 10 províncias do país. No âmbito da Abordagem Estratégica do Desenvolvimento Económico Local, foi iniciada a implementação do programa ART-PAPDEL, criado o Comité Nacional de Coordenação (CNC) a nível Nacional, Provincial e Distrital. Ainda, foram eleitos os novos Corpos Directivos da Rede das ADEL's e apresentado o enfoque estratégico de DEL em Moçambique. No mesmo contexto, na perspectiva DEL, foram capacitadas 608 pessoas nas Províncias de Gaza, Inhambane, Nampula e Cabo Delgado. Foram elaborados os procedimentos de inserção na perspectiva DEL nos PEDD e PESOR's e contactados os sectores chaves/relevantes. Na perspectiva de implementação de Projectos de Impacto Comunitário, foram avaliados 21 projectos, aprovados 9 e implementados 3 (1 em Inhambane "Massinga" e 2 em Nampula "Ilha de Moçambique e Mamba").

Calamidades Naturais

Comparativamente aos 2 anos anteriores a 2009, a época chuvosa e de ciclones 2008/09 foi caracterizada, no geral por ocorrência de chuvas intensas, inundações localizadas e ventos fortes que afectaram 703 pessoas na Província e Cidade de Maputo, 1.440, na Província de Inhambane e 5.990 pessoas na Província do Niassa, para além da prevalência da situação de insegurança alimentar em alguns distritos do País. Como resposta a estas situações, o Governo e os Parceiros de Cooperação prestaram assistência humanitária e reconstrução de infra-estruturas

No âmbito da prevenção, foram realizados exercícios de simulação de desastres, ao nível regional e nacional e criados Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades e reforçado o processo de reassentamento pós cheias no Vale do Zambeze, Búzi e Save.

No âmbito do desenvolvimento das zonas áridas prosseguiram as acções de redução da vulnerabilidade a seca e tendo sido aumentada a disponibilidade de água, estabelecimento de campos de demonstração de práticas da agricultura de conservação e estabelecimento do Centro de Recursos de Uso Múltiplo em Mutarara, através de programas de promoção e protecção aos modos de vida, atividades de comida por trabalho/ criação de bens e outras.

Considera-se como prioridade: i) integração dos indicadores definidos no Plano Director de Prevenção e Mitigação nos Planos Económicos e Sociais e Orçamentos sectoriais, ii) realização de estudos sectoriais específicos sobre o impacto das mudanças climáticas. iii) identificação e mapeamento de zonas de risco, zonas de potencial reassentamento em locais vulneráveis a cada tipo de fenómeno natural.